

Pedra & Cal

10 anos
1999-2008

Revista da Conservação do Património Arquitectónico
e da Reabilitação do Edificado

Ano X - N.º 38 Abril/Maio/Junho 2008 - Publicação Trimestral - Preço € 4,48 (IVA incluído)

Património Religioso e Lugares Sagrados



Antigos conventos, novas funções



1



**Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.**



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Lançando mão dos recursos que possui e tirando partido da experiência acumulada e das iniciativas de desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico que promove internamente, a Monumenta encontra-se apta a aplicar soluções técnicas pouco intrusivas, como:

- Consolidação de alvenarias antigas por injeção de caldas de diversa natureza;
- Execução de tirantes e pregagens para reforço estrutural;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

- 1 - Consolidação de alvenarias antigas
- 2, 3 - Rebocos e refechamento de juntas em alvenarias antigas (antes e depois)
- 4 - Reparação localizada de elementos de cantaria
- 5 - Reparação selectiva de estruturas de madeira (colocação de próteses)

A **Monumenta** é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Oz, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



R. Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 593 361 Fax.: 213 153 659

info@monumenta.pt
www.monumenta.pt

Ficha Técnica



Reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

N.º 38 - Abril / Maio / Junho 2008

Propriedade e edição:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050 - 170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Nipc: 503 980 820

Director: Vítor Córias

Coordenação: Joana Gil Morão / Miguel Brito Correia

Conselho redactorial: João Appleton, João Mascarenhas Mateus, José Aguiar, Miguel Brito Correia, Teresa de Campos Coelho
Secretariado: Elsa Fonseca

Colaboram neste número:

A. Jaime Martins, Albertina Rodrigues, Alberto Cruz, Ana Gomes Cravinho, Ana Sampaio e Castro, António Pereira Coutinho, Artur Correia da Silva, Estela Cameirão, Esther Mucznik, Eugénio Maia, Fátima Fonseca, Flávio Lopes, Francisco Buxo, Francisco Teixeira, Isabel Brito Correia, Joana Marques, João Luís Fontes, José Faria, João Seabra Gomes, José Mota Freitas, Luís Sebastian, Mário Varela Gomes, Miguel Brito Correia, Miguel Guimarães, Nuno Teotónio Pereira, Paulo Varela Gomes, Regis de Souza Barbosa, Rodrigo Banha da Silva, Rosa Varela Gomes, Sheikh Munir, Susana Bicho, Tiago Costa Luís

Design gráfico e produção:

Canto Redondo - Edição e Produção, Ld.ª

Calçadinha de Santo Estêvão, 7 - 3.º

1100 - 502 Lisboa

E-mail: canto.redondo@gmail.com

Publicidade:

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.

1050-170 Lisboa

Tel.: 213 542 336, Fax: 213 157 996

<http://www.gecorpa.pt>

E-mail: info@gecorpa.pt

Impressão: Gráfica Europam, Ld.ª

Rua Francisco Lyon de Castro, 2

2725 - 397 Mem Martins

Distribuição: VASP, S. A.

Depósito legal: 128444/98

Registo no ERC: 122549

ISSN: 1645-4863

Tiragem: 2500 exemplares

Capa



Sinagoga Shaaré Tikvá, em Lisboa. Imagem da parede onde se encontra a arca sagrada da sinagoga de Lisboa. Inaugurada em 1904, foi tratando-se da primeira sinagoga construída em Portugal desde a extinção do culto oficial judaico, em 1497.

Tema de Capa:

Património Religioso e Lugares Sagrados

EDITORIAL 2

QUADRO DE HONRA 3

PATRIMÓNIO RELIGIOSO 4

Espaços sagrados do
Imperialismo na Lusitânia
(Rodrigo Banha da Silva)

6

O Ribât al-Rihana de Ibn Qasî (Aljezur)
Uma sacralidade efémera,
em meados do séc. XII
(Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes)

NOTAS HISTÓRICAS 8

Eremitismo
Os espaços da solidão
(João Luís Fontes)

10

Arquitectura Monástica
e Espaços Sagrados
(Francisco Teixeira)

REFLEXÕES 12

Reutilização de igrejas antigas
(Estela Cameirão)

14

Antigos conventos, novas funções
Vicissitudes de antigos espaços
religiosos da Baixa e Chiado
(Fátima Fonseca, Tiago Costa Luís)

ESTUDO DE CASO 16

O projecto de investigação arqueológica
no Mosteiro de S. João de Tarouca:
1998-2008
(Luís Sebastian, Ana Sampaio e Castro)

18

Capela do Monte, Velha Goa
(Paulo Varela Gomes)

22

A Sinagoga portuguesa Shaaré-Tikvá
(Esther Mucznik, João Seabra Gomes, Albertina
Rodrigues, Artur Correia da Silva)

PROJECTOS & ESTALEIROS 25

Sinagoga de Castelo de Vide
(Susana Bicho, Alberto Cruz, Francisco Buxo)

28

Igreja da Santíssima Trindade
Santuário de Fátima
(José Mota Freitas, Eugénio Maia,
Miguel Guimarães)

CARTAS & CONVENÇÕES 32

Carta de Villa Vigoni
Sobre a protecção dos
Bens Culturais da Igreja
(Flávio Lopes, Miguel Brito Correia)

AS LEIS DO PATRIMÓNIO 34

O Código dos Contratos Públicos
O preço base e a valorização dos
trabalhos de suprimento
de erros e omissões
(A. Jaime Martins)

DIVULGAÇÃO 35

Mesquita Central de Lisboa
(Sheikh Munir)

37

Museu do Regimento
de Sapadores Bombeiros
(José Faria)

ISTO TAMBÉM É PATRIMÓNIO 39

Miniatura de Pagode Chinês
(Isabel Brito Correia)

NOTÍCIAS 40

AGENDA 44

VIDA ASSOCIATIVA 45

e-pedra e cal 46

O aquário
(António Pereira Coutinho)

LIVRARIA 47

ASSOCIADOS GECORPA 49

PERSPECTIVAS 52

Património religioso e não só
O caso exemplar da diocese de Beja
(Nuno Teotónio Pereira)



Património Religioso e Lugares Sagrados

O tema escolhido pelo ICOMOS, este ano, para o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de Abril) aborda a área do património que agrupa, provavelmente, o maior número de imóveis classificados em todo o mundo. Em Portugal, o número de imóveis de cariz religioso que está classificado representa cerca de metade do total. O património religioso abrange, ainda, os mais antigos vestígios do génio construtivo humano que ainda permanecem, pois o tempo fez desaparecer as primeiras arquitecturas que se destinavam a usos mais efémeros.

O património religioso e os lugares sagrados fazem apelo à transcendência, à referência ao divino, que talvez seja a única característica do Homem que não tem paralelo em nenhuma espécie animal. Na sua busca do divino, o Homem escolheu lugares e neles construiu espaços aos quais atribuiu significado sagrado. Sendo sagrados, esses lugares destinavam-se a resistir ao desgaste do tempo e, por isso, neles aplicou alguns dos materiais mais resistentes que encontrou na natureza ou que soube inventar. O segredo da preservação de tanto património religioso, por contraste com as duas outras grandes áreas tradicionais do património (o militar e o civil), poderá estar nesta sábia utilização de materiais duráveis e na atribuição de um significado que inspire respeito, congregate os homens e eleve a alma.

A importância do património religioso para a história da arte advém do espírito criativo daqueles que o ergueram, pois nas igrejas, nas mesquitas, nas sinagogas, nos templos das mais variadas religiões, apresentam-se algumas das tendências mais audaciosas, elaboradas e vanguardistas da arquitectura de cada época. Em muitas povoações do mundo o único edifício com algum mérito arquitectónico é o templo. Frequentemente, de todos os edifícios antigos, o templo é o que menos alterações sofreu ao longo dos tempos e o que está mais bem preservado.

Faço votos para que cada geração se empenhe em cuidar desta nobre herança!

Miguel Brito Correia

Quadro de Honra

Pedra
& Cal



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

LN RIBEIRO
CONSTRUÇÕES Lda



Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.



Do número apreciável de empresas que têm manifestado interesse na conservação do património arquitectónico português e nas actividades do GECORPA, foi seleccionado um grupo restrito de patrocinadores da revista *Pedra & Cal*.

Para distinguir essas empresas, particularmente empenhadas no sucesso da revista, foi criado o presente Quadro de Honra.

A Direcção do GECORPA

Espaços sagrados do Imperialismo na Lusitânia

Os territórios que se encontraram sob o domínio de Roma mostram um conjunto de ruínas de templos em cuja arquitectura reconhecemos um “ar de família”. São escassos os conhecimentos sobre a Arquitectura da Antiguidade que permitem reconstruir mentalmente os traços essenciais dos edifícios e a sua volumetria. E, nesse sentido, experimenta-se o que de unidade e formatação encerrou o Império Romano.

A realidade romana é, porém, bem mais rica e complexa, e nem todos os espaços sagrados se conformaram à monumentalidade clássica do edifício erguido sobre pódio, ornado de colunata e frontão, que podemos visitar da costa atlântica ao Médio Oriente. Contrastantes com estes são os santuários dedicados a fontes e bosques, os místéricos centros de culto ao oriental *Mitras*, ou a mística e rupestre Panóias (Vila Real). Como também a obra-prima da arquitectura sagrada romana ainda sobrevivente, o Panteão de Roma (edificado no tempo de Augusto e restaurado em 126 d. C., a mandado de Adriano), com a sua cúpula inspiradora dos modelos posteriores, feito apenas ultrapassado séculos mais tarde, em Hagia Sophia (Istambul).

Os espaços sagrados romanos albergam, portanto, uma grande variabilidade formal, sob a capa de uma aparente similitude à escala-mundo, o que espelha bem o que representou o Império Romano: um fenómeno integrador, que abrigou sob uma mesma entidade política uma vasta parte do Mundo Antigo, pontuada de entidades tópicas, divindades regionais e outras mais ou menos “universais”, geradoras de distintas expressões arquitectónicas do sagrado.

Roma demonstrou, enquanto conquistadora e imperialista, uma tole-

Roman arts have, on the whole, had a bad deal from friend and foe alike. On one hand, fallacious comparisons with Hellenic or Hellenistic artistry have distorted their proper values; on the other, tendentious scholarship has abstracted them from their context (Mortimer Wheeler, *Roman Art and Architecture*, 1964).



Templo de Diana, Mérida

rância religiosa lata. Da mesma forma esperava, por parte das comunidades autóctones, o respeito e cumprimento dos cultos que mais directamente se conectavam com o Estado. De entre estes emerge, a partir do período imperial, o Culto Imperial.

Originado ainda em época de Augusto (27 a. C.-14 d. C.), e fortemente fomentado no principado seguinte (Tibério, 14-37 d. C.), viria a constituir-se como a principal manifestação pública de fidelidade colectiva e individual para com o Estado.

A sua organização assentava em colégios sacerdotais (compostos por flâmines, augustais e sêxviros) de carácter local e provincial. Na prática, acabou por funcionar para os personagens das várias regiões do Império como palco político paralelo às carreiras administrativas. E para notáveis aos quais estava vedado o acesso às magistraturas civis, exemplo dos libertos (i.e., ex-escravos), como veículo eventual para a sua afirmação social. E a par deste nível oficial surgiram também, de forma espontânea,

associações de indivíduos dedicados ao culto, documentados sobretudo na metade oriental do Império.

Fundamental para a consolidação política do novo regime criado por Augusto, poderoso veículo de propaganda, foi um dos elementos mais activos que serviram para forjar uma ideia de unidade e de identidades provinciais, agregando indivíduos e comunidades outrora apartadas entre si pela geografia e pelo distinto fundo cultural autóctone. Esta construção de identidade, promovida pela forma singular do imperialismo romano, assumiu expressão arquitectónica nos principais templos das capitalidades.


Mérida, e o municipal, em Évora), devotados ao Culto Imperial.

De um ponto de vista formal, o seu tipo de templo, onde a *cella* (espaço onde se encontrava a representação da divindade e à qual apenas tinham acesso os sacerdotes) era cercada por colunata hexástila e períptera (de 6x11 colunas), corresponde a um modelo muito específico, de que apenas se conhece mais um exemplo contemporâneo ou anterior a ocidente da Itália, em Barcelona. Na realidade, o modelo denota inspiração helenística anterior, e só viria a ser retomado no ocidente no século II d. C., com o Imperador Adriano, muito por via do

corresponde ao templo capitolino de Luni, o que deverá traduzir influência itálica.

Mas que significado encerram estas intrincadas análises “finas” de edifícios aparentemente similares? Fundamentalmente dois. O primeiro, que a monotonia formal com que levianamente olhamos este tipo de monumentos é apenas ilusória. O segundo, porventura mais apelativo, de que aquela análise permite descortinar reprodução de modelos, entrever origens e influências, de que as características “antigas” (helenísticas e itálicas) dos templos lusitanos citados constituem exemplo.

O santuário da capital integrou o plano urbanístico promovido directamente pelo Imperador. A monumentalidade do templo (40,75m x 21,90m, com pódio de 3,23m de altura) terá impressionado o imaginário dos provinciais. Recorde-se que em Mérida tinha lugar uma reunião anual de representantes de todas as cidades capitais da província, o *concilium*, realizada no fórum coroado pelo magnífico templo. Pelo menos nestas ocasiões, muito concorridas, terão os eborenses tido a oportunidade de o admirar. E seriam as elites eborenses, poucas décadas mais tarde, a promover e custear uma construção nela inspirada, de menor dimensão (24m x 15m, pódio de 3m de altura), coroando o fórum municipal da sua cidade.

O insuficiente conhecimento arqueológico de outras ruínas análogas da Lusitânia Ocidental, como as dos templos já atestados em Faro, *Ammaia* (Marvão), Beja, Lisboa ou Idanha-a-Velha, não nos permite saber se o modelo da capital da Lusitânia inspirou outros templos. Mas todos eles comprovam, como também os de Conimbriga, Coimbra e outros, que ao longo do século I d. C. se ergueram locais de culto ao Imperador promovidos pelos autóctones, numa demonstração de vontade de pertença ao Império Romano. 



Templo de Diana, Évora

E é, justamente, essa identidade entre os espaços que reconhecemos e sentimos ao olhar os restos dos grandes templos provinciais, clássicos e monumentais, como os de Mérida e Évora.

Afinidades estreitas, aliás, ligam os dois edifícios: deixando de parte o seu “baptismo antiquarista”, que por coincidência os atribuiu à deusa Diana, ambos dominaram de forma cenográfica o topo das praças dos principais centros cívicos das respectivas cidades (o fórum provincial, em

filo-orientalismo deste *princeps* e de Apolodoro de Damasco, seu principal arquitecto.

Os templos lusitanos mostram outras afinidades. Ao invés do mais vulgar acesso por escadaria frontal, neles o acesso ao pódio fazia-se por duas escadarias laterais conectadas a um patim central. Como eram, também, cercados por tanques aquáticos: dois laterais em Mérida, um só, envolvendo a cabeceira, no eborense. Para este último, o paralelo mais próximo data dos finais do período republicano, e

RODRIGO BANHA DA SILVA,
Arqueólogo

O *Ribāt al-Rihana* de Ibn Qasī (Aljezur)

Uma sacralidade efémera, em meados do século XII

A paisagem onde se integra a península da Ponta da Atalaia, na zona da Arrifana, é magnífica pelo isolamento e largueza do horizonte, dominado pela presença da enorme massa de água atlântica. Pela manhã e em dias de chuva aquela ponta avançada de terra sobre o mar, que constantemente assedia as suas altas falésias, é envolvida por densas neblinas que ainda mais a isolam do Mundo e lhe conferem o misticismo próprio dos lugares sagrados, capazes de nos despertarem emoções e que, como qualquer experiência religiosa, é sentida de modo diferente por cada um de nós.

Além das características físicas particulares que tornaram alguns lugares em cenários propícios ao desenvolvimento de práticas sócio-religiosas ou, até, em paisagens rituais, a larga diacronia com que a maioria deles foi frequentada é quase uma constante. Alguns daqueles parecem, mesmo, emergir da longínqua noite dos tempos, com ascendentes nas primeiras comunidades de *H. Sapiens Sapiens* que, de modo decisivo, manipularam símbolos, criaram rituais e conceptualizaram o transcendente.

Todavia, ao longo dos séculos, muitos outros sítios foram sacralizados, nasceram, funcionaram durante mais ou menos anos e desapareceram, o mesmo tendo acontecido aos seus xamãs, sacerdotes e acólitos ou às multidões de crentes, pelo que os seus testemunhos quase não chegaram até nós, tendo sido como que apagados pela história.

Recentemente identificado e objecto de escavações arqueológicas, o convento de monges-guerreiros (*murābitūn*) fundado por Ibn Qasī (*Abūl-Qāsim Ahmad Ibn al-Husayn Ibn Qasī*), na península hoje denominada Ponta da Atalaia, na Arrifana de Aljezur, era conhecido, até àquela data, apenas através de escassas referências bibliográficas, subseqüentes ao desaparecimento daquele mestre sufi¹ e líder político, em meados do século XII.



Ponta da Atalaia. Vista de norte

Ibn Qasī, natural de Silves e oriundo de antiga e abastada família cristã, foi educado por grandes mestres de Niebla, Sevilha e Silves, teve vida algo dissoluta em jovem, cultivando a boémia e a poesia, embora depois desempenhasse cargos administrativos importantes, naquela última cidade, então florescente capital do *Gharb*. Talvez aquando da morte dos pais, resolveu enveredar pela vida religiosa, na vertente ascética, renunciando aos bens terrenos e tendo abraçado o sufismo, seguindo a lição de grandes mestres. Depois de visitar comunidades sufis do Oriente do Al-Andalus e nomeadamente Ibn al-Arif, em Almería, fundou comunidade religiosa (*tariqa*) preparada para a *djihād*, ou guerra santa, contra quantos fossem inimigos da fé islâmica verdadeira, muçulmanos, cristãos ou judeus. E cerca de 1130 mandou erguer o convento (*ribāt*) da Arrifana, ali difundindo a sua interpretação da



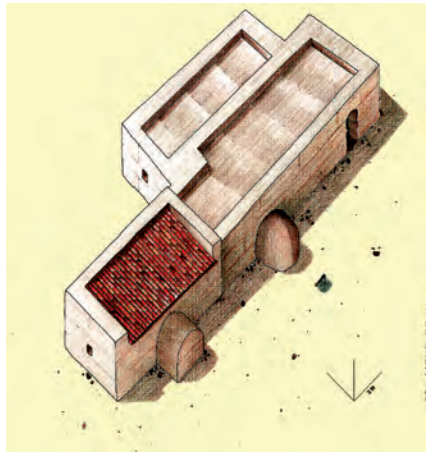
Ruínas de mesquita e seus anexos (sector 2)

palavra do Profeta, aprofundando os fundamentos da doutrina islâmica, o ascetismo e o conhecimento de Deus, procurando o seu encontro. O enorme sucesso da sua palavra e o seu carisma pessoal, tornaram-no rapidamente não só em líder espiritual muito prestigiado mas, também, em chefe político e militar, podendo segundo julgamos, o seu *ribāt* ser considerado a capital de estado teocrático, nascido entre reinos cristãos e os domínios almorávida e depois almoadá, chegando a abranger todo o actual Sul de Portugal, de Lisboa ao Algarve e boa parte da Andaluzia Ocidental.

A paisagem onde se integra a península da Ponta da Atalaia, na zona da Arrifana, é magnífica pelo isolamento e largueza do horizonte, dominado pela presença da enorme massa de água atlântica. Pela manhã e em dias de chuva aquela ponta avançada de terra sobre o mar, que constante-



Planta da Ponta da Atalaia, com as estruturas exumadas do ribât (seg. R. e M.V. Gomes)



Reconstituição de duas mesquitas (sector 1) (seg. R. e M. V. Gomes)

mente assedia as suas altas falésias, é envolvida por densas neblinas que ainda mais a isolam do Mundo e lhe conferem o misticismo próprio dos lugares sagrados, capazes de nos despertarem emoções e que, como qualquer experiência religiosa, é sentida de modo diferente por cada um de nós.

Aquele espaço encontrava-se simbolicamente hierarquizado, através das diferentes estruturas do complexo edificado, por certo planeado pelo mestre sufi. À entrada na península, construção provida de enorme pátio, possivelmente escola corânica, recebia os iniciados e viajantes que demandavam o *ribât*. Depois encontram-se quatro mesquitas, de não muito grandes dimensões e complexo de estruturas onde habitavam e se preparavam, física e psicologicamente, os *murābitūn* para a guerra santa. Estas construções isolam o espaço interior do *ribât*, onde uma mesquita e seus anexos ocupa proeminência sobranceira à falésia sul e, na extremidade da península, mesquita melhor edificada, debruçada sobre o Oceano imenso, deve corresponder ao local onde o mestre e talvez os seus mais directos seguidores residiam. Perto encontrámos as ruínas de minarete, com planta circular, de onde se chamavam cinco vezes ao dia os fiéis para as orações e, também, restos de muro de orações, edificado em taipa

e, talvez, uma das primeiras construções do *ribât*.

Naquele lugar sacralizado, pela presença do mestre, capaz dos mais diversos prodígios e possuindo aura de santidade, sendo reconhecido como *imām* (suprema autoridade política e religiosa) e aclamado *mahdī* (enviado de Deus), mas também pelas mesquitas e oratórios, irrepreensivelmente dirigidos para Meca, como ainda dos monges-guerreiros, que voluntariamente ofereciam a Deus a sua vida em combate, como supremo sacrifício, procurava-se a compreensão e a união com aquele.

Longe dos centros de poder de então, a *finis terrae* da Arrifana correspondia à necessidade de solidão, de isolamento, tendo em vista a reflexão metafísica, como à procura de abandono do mundo material, de Ibn Qasī e dos seus seguidores, que ali tinham o mar como deserto, uma espécie de terra vazia, adimensional, capaz de exacerbar os sentidos e conduzir à exaltação mística. Ali se uniam a Terra, a Água e o Ar, elementos primordiais com os quais se podiam identificar a unicidade divina, um dos princípios do sufismo.

A incomodidade do pensamento e acção de Ibn Qasī perante o domínio almoada do *Al-Andalus* e a estratégica cordialidade das suas relações com D. Afonso Henriques, levaram a que fosse cobardemente assassi-

nado em 1151, tendo então os seus correligionários, tal como a sua obra, sido perseguidos e o *ribât* da Arrifana abandonado, talvez amaldiçoado, mergulhando a sua localização precisa no esquecimento, até ser identificado 850 anos depois de protagonizar inolvidáveis acontecimentos.

As ruínas do *ribât al-Rihāna* podem ser visitadas, na hoje Ponta da Atalaia, no Vale da Telha, concelho de Aljezur.

NOTA

¹ O sufismo é uma corrente religiosa islâmica, de carácter místico, que acredita na unicidade divina, procura realizar a vontade de Deus e o encontro ou a união com aquele, opondo-se às interpretações correntes da doutrina legada por Maomé e à ritualização da prática religiosa. O sufismo, tal como algumas correntes cristãs ascéticas, radica-se no monaquismo egípcio, fundado em finais do século III, por Paulo de Tebas, Santo António (251-356) e Pachomius (286-346). Ibn Qasī criou o sufismo muridínico, voltado para a contemplação e especulação metafísica, mas possuindo braço armado, preparado para a guerra santa, cujo apelo é atribuído a Maomé.

BIBLIOGRAFIA

Gomes, R. V., e Gomes, M. V. (coord.) (2007) - *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur e Município de Aljezur, Aljezur.
Gomes, M. V. (2006) - Ibn Qasī - Memórias, do pensamento e acção do mestre sufi da Arrifana, *Al-Rihana*, Aljezur, n.º 2, pp. 17-44.
Alves, A. (2001) - *As Sandálias do Mestre. Em torno do Sufismo de Ibn Qasī nos Começos de Portugal*, Hugin Editores, Lda, Lisboa.

MÁRIO VARELA GOMES,
Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes, docente do Departamento de História da FCSH, da UNL
mv.gomes@fcsh.unl.pt
ROSA VARELA GOMES,
Docente na Licenciatura em Arqueologia, da FCSH, da UNL, de que é coordenadora
rv.gomes@fcsh.unl.pt

Eremitismo

Os espaços da solidão

O eremitismo permaneceu como uma forma de vida alternativa, resistente ao enquadramento numa comunidade religiosa sujeita a uma Regra ou à direcção de um superior. Os testemunhos documentais são, por vezes, fugidios e parcos de informações, e mesmo os vestígios materiais relativos a este tipo de experiências debatem-se com o carácter precário destes grupos, que acabam, muitas vezes, por ser absorvidos por novos movimentos religiosos ou que se extinguem após a morte do respectivo fundador.

A vida eremítica sempre surgiu, aos olhos do homem medieval, como o modelo por excelência de uma vida radicalmente entregue à busca e ao encontro com Deus. Figuras como Antão, Paulo de Tebas, Macário ou Hilarião, são repetidamente propostas como ideal dessa experiência integral, intensa, de Deus, obtida pelo afastamento do bulício do mundo e através de uma vida austera, de luta interior contra o mal, que se prolonga necessariamente no confronto exterior com um meio adverso e hostil. Desde a segunda metade do século III, quando estes homens se instalam nos desertos do Egipto e muitos outros se juntam a eles, desejosos de imitar o seu modo de vida sob a sua direcção espiritual, o eremitismo configura-se nessa tensão permanente entre a procura da solidão e os tempos necessários de vida em comunidade e de abertura ao mundo, do qual se afastara mas para o qual se dirige o seu testemunho como apelo e denúncia.

A difusão, no Ocidente, dos textos que perpetuavam a memória dos ditos e feitos destes homens do deserto, fará despoletar uma diversidade grande de experiências, onde a vida eremítica se mistura, nos percursos individuais, com a experiência comunitária, ora antecedendo a fundação de novas ordens ou famílias religiosas, ora surgindo como o culminar da vida monástica. Assim o previa a *Regra de S. Bento*, bem consciente da

excelência deste modo de vida mas também das suas exigências, ao determinar que o monge pudesse solicitar ao abade do seu mosteiro a necessária permissão para o ingresso na vida eremítica, sempre sob a vigilância deste e apenas após um tempo, mais ou menos longo, de vida em comunidade.

Contudo, o eremitismo permaneceu também como uma forma de vida alternativa, resistente ao enquadramento numa comunidade religiosa sujeita a uma Regra ou à direcção de um superior. Os testemunhos documentais são, por vezes, fugidios e parcos de informações, e mesmo os vestígios materiais relativos a este tipo de experiências debatem-se com o carácter precário destes grupos, que acabam, muitas vezes, por ser absorvidos por novos movimentos religiosos ou que se extinguem após a morte do respectivo fundador. Ainda assim, encontramos, já no âmbito do chamado monaquismo hispânico, anterior à época de expansão da Regra de S. Bento ou da de Santo Agostinho como textos normativos obrigatórios (séc. XI), alguns testemunhos arqueológicos da existência de comunidades eremíticas no actual território português, nas margens do Rio Minho e no entre Lima e Minho.

Do mesmo modo, José Mattoso pôde recensar, para os séculos XII e XIII, numa época de crescimento demográfico e de expansão territorial dos reinos cristãos para sul, o proliferar



Vista do actual convento de S. Paulo da Serra de Ossa

deste tipo de experiências, muitas das quais de curta existência e outras paulatinamente absorvidas pelas novas ordens religiosas entretanto surgidas (Cister, Premonstratenses, Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra). Da sua análise sobressaem, contudo, alguns aspectos respeitantes à relação entre os eremitas e o espaço que se manterão, em grande parte, válidos para o período posterior. Com efeito, a sua busca de solidão, se os leva a procurar espaços menos povoados e afastados dos principais núcleos habitados, exige também que deles não se distanciem em excesso. A necessidade de visibilidade do seu modo de vida, como testemunho de radicalidade na vivência do Evangelho e na renúncia aos bens

materiais e ao poder social ou político, a sua dependência face à prodigalidade dos diferentes corpos sociais e a sua actividade em prol dos mais necessitados, por meio da hospitalidade concedida aos mais pobres, aos viandantes e peregrinos, leva-os a instalarem-se perto das principais vias de comunicação. Uma solidão que se torna, assim, relativa ou, pelo menos, não absoluta.

O mesmo veremos acontecer mais tarde, já nos séculos finais da Idade Média, quando um novo surto eremítico, documentado a partir de 1360, leva a uma rápida expansão de comunidades de anacoretas por todo o Nordeste alentejano e pela península de Setúbal, estendendo-se mesmo à Estremadura (Óbidos e Alenquer) e ao Algarve (Tavira). Estamos já num contexto diferente, onde a longa crise dos séculos XIV e XV, as conturbações políticas que atravessam os reinos peninsulares e a grave crise que afecta toda a Cristandade, com o Papado dividido, durante várias décadas, entre Roma e Avinhão, geram um profundo desejo de reforma também ao nível religioso.

Ditos a si próprios como «homens da pobre vida», estes eremitas escolherão lugares afastados dos núcleos populacionais, nos vastos termos rurais que envolviam as vilas e as cidades do sul do país, dedicando-se a uma vida que aliava a oração, à qual os seus benfeitores se confiam, ao trabalho manual nas terras que, pelas suas próprias mãos, retiravam ao inculto. Doadas por particulares ou pelos concelhos, estas terras levam os eremitérios a adquirir uma configuração particular. Habitados por pequenos grupos de anacoretas – os solitários depressa atraem discípulos... – os eremitérios apresentam-se, em regra, delimitados por uma cerca, que preservava a solidão dos seus

habitantes, junto à qual se encontram com frequência algumas terras de vinha, mais exigentes dos cuidados do homem, ou mesmo de pão, sempre ponteadas por árvores de fruto. O inculto facultava também aos eremitas alguns recursos importantes, desde o mel à madeira e ao mato, necessário ao pascigo do gado. Mas, na sua localização, o ermitério tinha sempre em conta um factor fundamental: a proximidade de um curso de água, indispensável para os seus habitantes, para as suas culturas e para o gado.

Mas, tal como para os eremitas do século XII, também estes homens da pobre vida necessitam da proximidade das vilas e cidades, onde se deslocam para adquirir alguns bens de que precisam ou para colocar à venda, através de intermediários, os bens resultantes do seu trabalho manual, sejam os frutos da terra, algum gado ou mesmo alguma produção artesanal – sobretudo as colheres de madeira, amplamente referidas na documentação. E também nas suas casas acolhem peregrinos e viandantes, exercendo para com eles a hospitalidade.


Do espaço para as suas orações e para as celebrações litúrgicas, pouco sabemos. É certo que alguns eremitérios têm, nas suas imediações, pequenas capelas rurais. Mas também desde cedo o despojamento a que se votam leva-os a optar por outras alternativas, nomeadamente a obtenção de licença para a posse de altares portáteis, que permitiam a celebração da Eucaristia fora de espaços especificamente consagrados ao culto divino.

Surgidas a partir de uma iniciativa individual ou de pequenos grupos de eremitas, estas comunidades da *pobre vida* obterão desde cedo a protecção régia e dos concelhos, sobretudo a partir do reinado de João I (1385-



Painel de azulejos do convento de S. Paulo da Serra de Ossa, do séc. XVIII, com S. Paulo Primeiro Eremita

1433). A necessidade de assegurar o seu modo de vida leva-as a congregarem-se numa irmandade, cerca de 1460, em torno da prestigiada casa da Serra de Ossa (conc. Redondo). Só no século XVI se submeterão a uma Regra escrita e autorizada pela Igreja (a de Santo Agostinho) e se transformarão, já em 1578, numa Congregação autónoma filiada na Ordem dos Eremitas de S. Paulo Primeiro Eremita (os chamados Paulistas). Esta transformação marcará uma progressiva alteração no seu modo de vida, com uma clericalização dos seus membros, uma maior importância dada aos estudos e à formação letrada e uma maior preocupação em aproximarem-se das cidades e vilas, onde constroem novos conventos.

Isto levará a um maciço abandono, a partir dos finais do século XVI, dos antigos eremitérios medievais, deixando-os, até hoje, à espera de um efectivo levantamento dos vestígios que deles sobreviveram e que nos possam falar um pouco mais do quotidiano destes primeiros eremitas e do modo como deixaram vincado, no espaço, a sua procura de solidão. 

JOÃO LUÍS FONTES,
Instituto de Estudos Medievais,
FCSH-UNL

Arquitectura Monástica e Espaços Sagrados

Os mosteiros partilham de várias características dos lugares que possuem a qualidade da sacralidade. Em primeiro lugar, a diferenciação em relação ao espaço profano envolvente. Vários aspectos permitem esta característica: a participação dos lugares na História sagrada (como em Roma ou no Próximo Oriente), a transformação de um espaço em lugar do divino, nomeadamente pelo aparecimento de imagens milagrosas, ou a presença de corpos santos e de relíquias.

Os mosteiros constituem, na arquitectura europeia, espaços sagrados com uma longa e complexa história arquitectónica. A sua origem encontra-se no desejo de grupos de crentes seguirem uma vida religiosa em comum, afastando-se do mundo profano. Daí que se compreenda a necessidade e o aparecimento de regras para regular o dia-a-dia desse conjunto de homens ou de mulheres. A criação da Regra de S. Bento, por Bento de Núrsia, no século V, marca uma etapa fundamental para o futuro dessa via da vida religiosa conjunta.

Embora contemplando as diferentes necessidades da vida quotidiana, e equilibrada nas suas exigências, este escrito não determina qualquer tipo de tipologia arquitectónica. É apenas na época de Carlos Magno, no princípio do século IX, que é elaborado o que tem sido considerado o projecto ideal para um mosteiro. Esse primeiro projecto de composição arquitectónica surge num célebre pergaminho do Mosteiro de Saint Gall, actual-

mente no território da Suíça. É nesta representação da arquitectura que se encontram estabelecidos e estruturados os diferentes espaços arquitectónicos, destacando-se a igreja e, junto a ela, o claustro, à volta do qual se organizam os diferentes lugares referidos na Regra dos Beneditinos. Desta forma surge um programa arquitectónico que constitui uma matriz da tipologia arquitectónica religiosa até ao século XXI.

No século XIII, quando surgem as chamadas Ordens Mendicantes, nomeadamente Franciscanos e Dominicanos, estes Irmãos vão ter em conta, na construção dos seus Conventos, a tipologia da arquitectura monástica, já com séculos de experimentação e de realizações arquitectónicas por todo o espaço europeu. Mesmo quando o plano organizado pelos Beneditinos for particularmente transformado, como se verificará séculos mais tarde com algumas casas de Carmelitas, com a posição da Igreja no interior do claustro, é patente a referência

à organização planimétrica anterior, difundida, em primeiro lugar, pelos Beneditinos e pelos Cistercienses.

Os mosteiros partilham de várias características dos lugares que possuem a qualidade da sacralidade. Em primeiro lugar, a diferenciação em relação ao espaço profano envolvente. Vários aspectos permitem esta característica: a participação dos lugares na História sagrada (como em Roma ou no Próximo Oriente), a transformação de um espaço em lugar do divino, nomeadamente pelo aparecimento de imagens milagrosas, ou a presença de corpos santos e de relíquias. Para separação, material e simbólica, do espaço envolvente os Mosteiros possuíam um muro de clausura, importante também por razões de defesa. O espaço do Mosteiro também se distingue pela sua orientação, já que a igreja se orienta de Oriente para Ocidente, tradição que se vai subverter, por vezes, a partir do século XVI, por exigência de construção de casas religiosas integradas na malha urbana.



Mosteiro de Santa Maria de Almoester: o espaço monástico



Mosteiro de Santa Maria de Almoester: igreja e claustro

Se um sítio é porventura, pelas suas características, revelador da sacralidade de um lugar, os mosteiros erigidos, desde os primeiros tempos da Idade Média, no seio de sociedades em que os gestos e os símbolos são especialmente valorizados, exigem uma cerimónia de consagração, ritual necessário para o espaço arquitectónico se tornar verdadeiramente sagrado.


A oposição espacial em relação ao mundo profano é também sublinhada por símbolos esculpidos na pedra, ou por meio de frases protectoras e ameaçadoras para quem não respeite o espaço do sagrado, nomeadamente as igrejas monásticas, o espaço sagrado por excelência. Esta simbologia, que utiliza diferentes suportes arquitectónicos, privilegia a zona do portal das igrejas, sempre simbolicamente significativo por estabelecer a ligação entre o interior e o exterior da arquitectura sagrada. Para além dessa zona, o interior dos templos é necessariamente utilizado, inscrevendo-se sinais que visualmente marcam essa sacralida-

de do edificado, nomeadamente as cruzes de consagração, vulgarmente distribuídas ao longo das naves dos templos.

No interior dos templos monásticos importa destacar a presença das relíquias, passíveis de aí existirem pela ideal pureza dos seus habitantes. Para isso concorre também estarmos em presença de espaços de silêncio e de oração, organizados segundo o ritmo do dia e em que o som dos sinos, por contraste, desempenhava um papel anunciador e mágico.

Por ser sagrado, o mosteiro guarda o corpo dos defuntos religiosos e, cada vez mais, o dos seus fundadores no interior da própria igreja. Este poder protector estende-se ao exterior, sendo tanto mais forte quanto mais próximo dos muros do templo. É assim que se compreende, ainda hoje, na tradição medieval, a presença de cemitérios contíguos às antigas igrejas monásticas. Por vezes, esse desejo de sacralização do espaço estende-se ao exterior do espaço edificado, irrom-

pendo pelo espaço natural transformado pelo cultivo de espécies simbólicas, ou pela construção de pequenas capelas, como se verificará por vezes com os Franciscanos e Carmelitas nos tempos posteriores à Idade Média.

Embora as várias ordens religiosas apresentem diferenças na sua arquitectura de país para país, em que contam, como sempre, as tradições arquitectónicas e a experiência dos materiais, a história da sua arquitectura só pode ser entendida perante um legado comum de vivência religiosa de cada ordem, a par do entendimento de influências recíprocas. 

FRANCISCO TEIXEIRA,
Historiador da Arte,
Departamento de História, Arqueologia e
Património da Universidade do Algarve

Reutilização de igrejas antigas

O tema da reutilização do património arquitectónico religioso é conhecido em Portugal desde o século XIX, tendo sido, no entanto, durante o século XX, que se encetaram acções de adaptação a igrejas, capelas e ermidas, que constituem grande parte do património religioso, em múltiplos usos. Alguns destes espaços, de carácter litúrgico e sagrado, têm conhecido funções que não lhes são as mais adaptadas, provocando na maioria dos casos a perda da sua identidade arquitectónica e espiritual.



Praça do Sertório, entre a Praça do Giraldo e a Sé de Évora, onde se encontra a Igreja do Salvador e a Torre do Salvador, que pertenciam ao extinto e demolido Convento do Salvador

Como reutilizar as igrejas antigas?

É uma questão complexa, na medida em que intervém um conjunto variado de condicionantes, que por simples desconhecimento ou desprezo de algumas delas, levam a opções irreversíveis para a recuperação e valorização deste património religioso. A reutilização de uma igreja antiga não pode ser encarada como uma simples reutilização de um edifício antigo, pois não se refere apenas ao aspecto funcional de um qualquer edifício, mesmo em ordem à sua reabilitação,

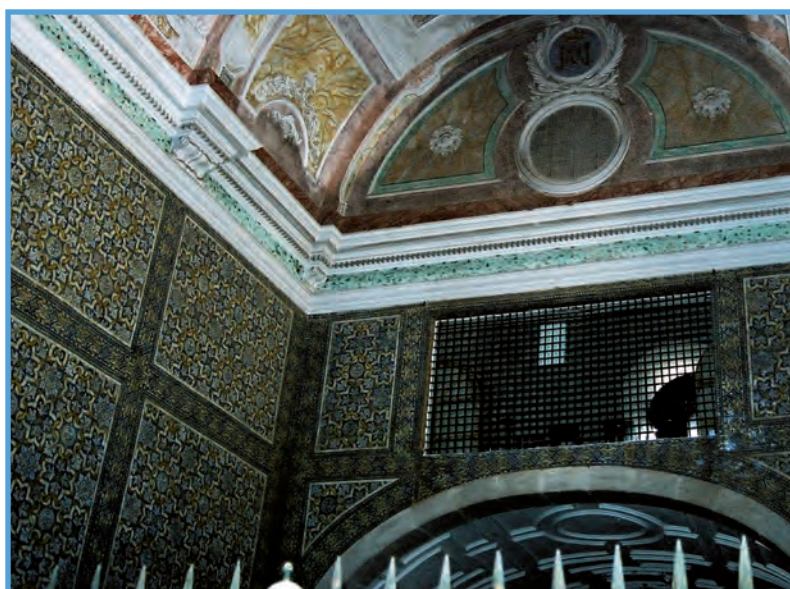
mas a um espaço que através da linguagem arquitectónica comunica o mistério, celebra a liturgia e anuncia a presença do Sagrado.

Tantas igrejas antigas que por aí há! Nos centros históricos das cidades, nos lugares, nas povoações e paisagens rurais descobrem-se igrejas, capelas e ermidas, importantes exemplares do nosso património arquitectónico religioso, que foram perdendo o seu uso inicial e que se encontram encerradas, desafectas do culto, por motivos de ordem histórica, por desa-

dequação da organização espacial do espaço sagrado face às reformas litúrgicas, por alteração dos hábitos e ritos devocionais, por perda de tradições religiosas ou simplesmente pela extinção das suas comunidades, que fazem aumentar o número de espaços de culto destituídos da sua função inicial, levantando a questão sobre o novo uso.

A igreja do Salvador de Évora é um exemplo paradigmático desta questão em torno da reconversão do património arquitectónico religioso que, desafecto do culto e destituído de uso, armazena também um rico espólio de bens culturais móveis, projecta a reutilização cultural como acção que concorre, sobremaneira, para a recuperação do seu espaço sagrado e revitalização do conjunto ímpar que constitui este património cultural e artístico de matriz cristã. A igreja localizada no centro histórico da cidade de Évora, contígua à torre romana defensiva da cidade medieval (a Torre do Salvador), constitui um dos elementos marcantes da imagem da cidade. Pertencente ao extinto e inexistente Convento do Salvador de Évora, o espaço da igreja, com seus espaços anexos e a torre, escaparam ilesos às sucessivas ocupações após a extinção, em 1886, com a morte da sua última religiosa clarissa de hábito.

A função litúrgica da igreja ficou garantida pela confraria fundada no



Espaço da única e ampla nave da igreja com vista para o coro-alto, lugar destinado às religiosas mais novas, onde rezavam o Ofício Divino, e de onde assistiam à missa



Acesso à capela-mor desde o coro-baixo, destacando-se o altar-mor sobre os três degraus litúrgicos

convento, a Confraria dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, a partir de 1911, deixou de servir aos cerimoniais litúrgicos com a frequência que conhecera, servindo esporadicamente como capela mortuária, mas já há muito que a igreja parece ter-se votado à clausura.

A guarda da igreja e dos seus bens móveis foi concedida à Irmandade de Santa Marta (integrada na actual Fraternidade Sacerdotal) por decreto desde 1908, conforme o documento encontrado no Arquivo da Torre do Tombo pertencente ao Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Tendo a Arquidiocese de Évora reconhecido a importância do património cultural e artístico como um instrumento privilegiado dinamizador de cultura, tanto no território regional como nacional, na sua conservação, valorização e divulgação, incitou à concepção do projecto de reutilização

cultural da igreja do Salvador e espaços anexos, que assenta na alteração do uso de um edifício projectado em função dos cerimoniais litúrgicos e da vida conventual em espaço museológico.

A reutilização museológica de uma igreja representa um interessante desafio em termos de arquitectura e de museologia, uma vez que na adaptabilidade do espaço sagrado à nova função, acresce a missão de intervir sem o negligenciar, sem o adulterar, em favor de qualquer função, mas sim tê-lo como prioritário na sua descodificação, capacitação e comunicação.

A opção museológica proposta para a igreja do Salvador incide na memória da funcionalidade litúrgica e conventual com a integração na exposição de todos os elementos decorativos, a disposição de algumas das peças no seu “ambiente natural”, a reposição de acessibilidades e percursos

originais, recorrendo a uma intervenção cenográfica da vivência litúrgica e devocional conforme a época e a comunidade de origem, conducente à sua defesa e valorização.

Reutilizar é uma medida de reabilitação. Por um lado, o natural seria que as igrejas continuassem a ser usufruídas para o fim para a qual foram criadas, a função litúrgica, por outro lado a reconversão a um novo uso, atendendo à “Presença” que materializa, o espírito do lugar, é uma actuação arrojada e profética que possibilita o usufruto do património religioso na plenitude das formas da arquitectura que se superam, que a tornam incondicionada e ilimitada na sua interpretação na contemplação.

ESTELA CAMEIRÃO,
Arquiteta

Antigos conventos, novas funções

Vicissitudes de antigos espaços religiosos da Baixa e Chiado

Elementos marcantes do urbanismo da Reconstrução Pombalina, os espaços religiosos da Baixa e Chiado partilharam duas datas determinantes na sua história: o Terramoto de 1755 e a extinção das Ordens Religiosas em 1834. O Plano Pombalino determinou rígidas normas urbanísticas, obrigando a uma nova implantação dos edifícios na malha urbana.

Por sua vez, a extinção das Ordens Religiosas possibilitou uma profunda regeneração dos usos e do próprio urbanismo, afectando essencialmente antigos conventos.



Antigo Convento do Corpus Christi

O Convento de São Domingos, remontando a 1214, recebeu vastas obras em torno dos terramotos de 1531 e 1755, integrando as estruturas remanescentes. Após 1834, a Paróquia de Santa Justa é para aqui transferida e Domingos Lima compra as divisões conventuais. Procede-se à abertura de arruamentos que cortam antigas dependências. As remanescentes são loteadas para edifícios de habitação e comércio. Hoje ainda são perceptíveis estruturas do antigo claustro e compartimentos anexos, integradas em espaços comerciais.

O Convento de São Francisco, fundado em 1217, sofre grandes danos com o Terramoto. Após 1834 vê as suas dependências utilizadas como Biblioteca Nacional (até 1968), Academia e Escola de Belas Artes, Governo Civil e actual Museu do Chiado. Em 1839 procede-se à demolição da igreja, sendo as colunas desta reutilizadas na fachada do Teatro Nacional D. Maria II. Parte das estruturas conventuais são ainda identificáveis, embora desgastadas pelo uso e constantes adaptações, ressentindo-se principalmente a fachada do Largo cujo projecto de valorização nunca foi executado.

Próximo ficava o Convento do Santo Espírito da Pedreira, no actual edifício dos Armazéns do Chiado. Fundado em 1279, era composto por hospital, dependências conventuais e igreja, situando-se esta no local da actual entrada principal. O Terramoto deixa o edifício em ruína, nunca chegando a ser reconstruído como convento. Após 1834 passa a



Antigo Convento do Corpus Christi: fachada da antiga igreja

palácio, altura em que sofre obras de adaptação. Foi sucessivamente arrendado, recebendo hotéis e espaços comerciais até à instalação dos Grandes Armazéns do Chiado, em 1894, que desaparece com o incêndio de 1988. O actual edifício respeita o desenho da antiga fachada, mantendo a memória de dois pátios interiores.

Na Rua Nova do Almada ficava o Convento da Boa Hora. Fundado em 1633, foi ocupado por diversas Ordens. Com o Terramoto viu a sua reconstrução condicionada ao plano de Eugénio dos Santos. Após 1834 é ocupado por vários serviços, dando lugar em 1843 aos Tribunais Cíveis e Criminais de Lisboa, que ainda se mantém.

Subindo a colina encontraríamos o Convento da Santíssima Trindade, edificado entre 1289 e 1325. Vítima de catástrofes diversas sofre várias obras de reconstrução e ampliação. Após 1834 é entregue à Prefeitura da Província da Estremadura para

adaptação a tribunal. No ano seguinte desiste-se do projecto, os terrenos são loteados e procede-se à abertura da Rua Nova da Trindade. Um dos principais promotores, Manuel Moreira Garcia, constrói diversos edifícios que aproveitam pré-existências conventuais (como um dos claustros, dependências anexas, refeitório e capelas) assim como materiais diversos. Actualmente, grande parte do conjunto encontra-se degradado e com algumas ocupações que descaracterizam as escasas reminiscências conventuais.

No Convento do Carmo, edificado em 1389 por ordem de D. Nuno Alvares Pereira, também vítima do cataclismo de 1755, a reconstrução procedeu-se a um ritmo lento. A igreja nunca viria a ser concluída, assumindo-se hoje como o principal testemunho do Terramoto, sendo cedida em 1864 à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Em 1835 o espaço conventual é adaptado para as instalações da Guarda Municipal, actual Guarda Nacional Republicana, e em 1902 sofre obras profundas, das quais resulta a actual fachada do Largo do Carmo.

Na confluência das Ruas de São Nicolau e dos Fanqueiros encontramos as fachadas do que foi o Convento de Corpus Christi. O edifício primitivo data de 1648, mandado erigir por D. Luísa de Gusmão. Do Terramoto restou parte da estrutura da igreja, cuja planta foi adaptada ao Plano Pombalino, ocupando todo o quarteirão e integrando claustro e pátio. Após 1834 o conjunto foi fraccionado e vendido em lotes, adulterando profundamente os espaços conventuais. Restam apenas algumas galerias, escadarias e a antiga



1 - São Domingos; 2 - São Francisco; 3 - Santo Espírito da Pedreira; 4 - Boa Hora; 5 - Trindade; 6 - Carmo; 7 - Corpus Christi; 8 - São Camilo de Lélis.

Cartografia actual sobre planta de João Nunes Tinoco (1650). Planta base: CML - Unidade de Projecto Baixa Chiado

igreja. Esta, de planta centralizada e revestida a mármore, foi seccionada em diversos pisos (cujas marcas são ainda visíveis), adaptada a armazéns, comércio e habitação.

No quarteirão do Poço do Borratém ficava o Convento de São Camilo de Lélis. Fundado em 1778 por ordem de D. José, abrigava os cônegos que davam apoio ao Hospital de S. José. Após 1834 o conjunto foi também loteado. Os novos edifícios de habitação, comércio e serviços escondem ainda vestígios conventuais como a escadaria, galerias, cisterna e arcadas.

FÁTIMA FONSECA e
TIAGO COSTA LUÍS,
Núcleo Antigo, Reabilitação Urbana, Ld.^a

O projecto de investigação arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2008¹

O Mosteiro de S. João de Tarouca localiza-se no distrito de Viseu, concelho de Tarouca, freguesia de S. João de Tarouca. Sendo ainda por muitos apontado como a primeira fundação da Ordem de Cister em território nacional, à sua lendária fundação *ex nihil* têm vindo a opor-se diversos estudos que apontam a anterior existência no local de uma comunidade religiosa eremítica. Provada fica a sua existência a partir de 1140, com a atribuição do seu couto monástico por D. Afonso Henriques, sabendo-se por certo que a sua construção se iniciou apenas em 1154, segundo inscrição comemorativa preservada no tímpano da porta dos monges.

Respeitando a estratégia de implantação da Ordem Cisterciense, a elevação do complexo monástico dá-se em vale, por oposição a locais elevados como os elegidos pela Ordem Beneditina ou de Cluny, neste caso concreto da Serra de Leomil, no cruzamento de duas linhas de água afluentes do Rio Varosa.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas pelo regime liberal, o Mosteiro de S. João de Tarouca é vendido em hasta pública e desmantelado para reaproveitamento da pedra, conservando-se apenas o templo, reconvertido em igreja paroquial, após o qual o espaço resultante foi aterrado e transformado em área agrícola.

Tendo a sua igreja sido classificada Monumento Nacional em 1956, classificação alargada à restante área monástica em 1978, foi sucessivamente afecto à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Instituto Português do Património



Reconstituição a nível de base do complexo monástico medieval



Planta geral da área de escavação arqueológica (H. Pereira)

Cultural (IPPC), Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e, a partir de 2007, à Direcção Regional de Cultura do Norte. Em 1998 é inserido pelo IPPAR num abrangente plano de recuperação e valorização de complexos monásticos cistercienses, por altura dos 900 anos da Ordem de Cister, ficando as suas linhas orientadoras de salvaguarda, recuperação e valorização do Património Cisterciense nacional definidas na Carta de Alcobaça².

Tendo vindo desde então a ser intervenção numa perspectiva inter-

disciplinar, em que se destaca o restauro quase completo do património integrado da igreja, a componente arqueológica assume contudo uma clara preponderância, como resposta ao elevado nível de destruição do imóvel.

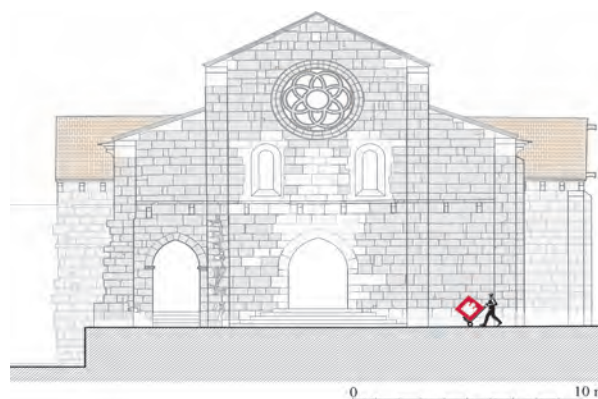
Sem nunca deixar de ter presente o enquadramento da intervenção arqueológica – estratégia de salvaguarda e valorização do imóvel – os seus objectivos imediatos definiram-se pela compreensão da evolução arquitectónica do complexo monástico, da fundação ao momento de abandono, e o estudo da cultura material associada, permitindo novas perspectivas e conhecimentos, não só do universo cenobita e religioso em Portugal, mas indirectamente do conjunto social em que este fenómeno se inseriu.

Assim, abrangendo todo o interior da cerca de clausura com especial incidência na área correspondente à construção original, amplamente alargada nos séculos XVII e XVIII, a intervenção arqueológica atingiu, entre 1998 e 2007, os 3225 m² de área, aos quais se juntam um número total de 19 sondagens em profundidade.

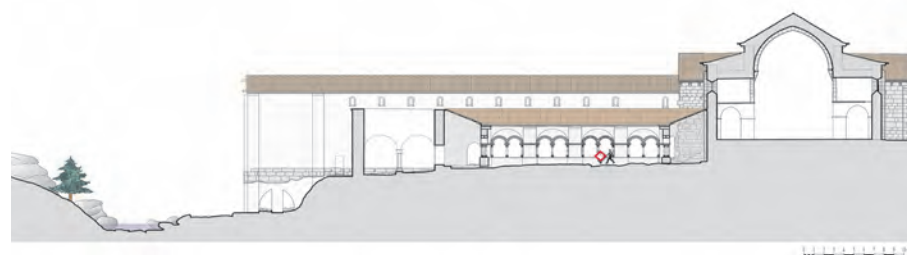
A recuperação total da planta original do mosteiro permite hoje afirmar estarmos perante o melhor exemplar de arquitectura cisterciense em território nacional, ao nível do mais característico estilo cisterciense-borgonhês que caracterizou o chamado movimento arquitectónico Bernardino no século XII – ascetismo, simplicidade, pureza de formas, contenção decorativa e proporcional – para o qual o mosteiro de Fontenay se viria a tornar o símbolo máximo, com envolvimento pessoal de S. Bernardo na sua concepção, jun-



Aspecto do estudo arqueológico-arquitectónico aplicado à fachada da igreja (H. Pereira, L. Sebastian)



Reconstituição da fachada medieval da igreja (H. Pereira, L. Sebastian)




Reconstituição do mosteiro medieval de S. João de Tarouca - ala dos monges, calefactório, claustro e igreja (H. Pereira, L. Sebastian)

tando-se ao núcleo tradicionalmente apontado dos mosteiros de Silvanés, Le Thoronet, Silvane, Fontfroide, Sénanque, Fontmorigny e de Flaran. A esta revelação de destaque junta-se o facto de, do conjunto de mosteiros românicos inicialmente existentes em território nacional, vários terem desaparecido fisicamente e, sobretudo, a maioria ter sido profundamente alterada nos períodos maneirista e barroco, inclusive com o desmantelamento de todos os claustros românicos.

Pela timidez das alterações feitas à igreja original do Mosteiro de S. João de Tarouca, nos séculos XVII e XVIII, esta permite-se ser, se sujeita a um trabalho de análise cuidada, decomposta nas suas diversas fases construtivas, após a eliminação das quais podemos isolar a construção original e observar, pela primeira vez, a mais plena construção bernardina em território português. Ironicamente, o facto de as dependências monásticas terem sido vendidas em

hasta pública após a extinção das ordens monásticas em Portugal, tendo sido desmanteladas para reaproveitamento da pedra, permite hoje, através do processo de escavação arqueológica, uma leitura impossível em edifícios conservados, permitindo decompor, em certos aspectos mais facilmente, as diversas fases construtivas.

Em fase de conclusão, a interpretação dos dados reunidos pelas escavações arqueológicas realizadas sob a égide do IPPAR permitirão, num futuro breve, juntar à reconstituição dos edifícios originais o estudo de grande parte do espólio, de entre o qual se destaca a cerâmica, com cerca de 300 000 fragmentos recolhidos, ao qual se juntam dados de origem arqueozoológica, arqueobiológica e antropológica, versando áreas como a da alimentação, doenças, técnicas de exploração agrícola, estratégias de exploração territorial, técnicas construtivas, transacções comerciais e práticas culturais. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Este texto enuncia de forma sucinta a informação desenvolvida em publicações como:

Castro, A. S.; Sebastian, L. (2006) – A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister – Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal, p. 125-166.

Sebastian, L.; Castro, A. S. (2007) – Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca. In Revista de História da Arte. Lisboa: Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa. N.º 4, p. 142-171.

Castro, A. S.; Sebastian, L. (2005) – Les marques lapidaires du monastère cistercien de S. João de Tarouca (Portugal). In Actes du XIVe Colloque International de Glyptographie de Chambord. Braine-le-Château: Centre International de Recherches Glyptographiques/Editions de la Taille d'Aulme, p. 399-422.

Castro, A. S.; Sebastian, L. (2005) – Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. N.º 8, p. 203-211.

Castro, A. S.; Sebastian, L. (2002) – Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. N.º 3, p. 165-177.

Castro, A. S.; Sebastian, L. (2002) – A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. In Estudos/Património. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. N.º 2, p. 33-42.

² In Actas do Colóquio Internacional Cister – Espaços, Territórios, Paisagens. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos. Vol. I. 2000, p. 15-17.

LUÍS SEBASTIAN,
Arqueólogo,
Direcção Regional de Cultura do Norte
ANA SAMPAIO E CASTRO,
Arqueóloga,
Direcção da intervenção arqueológica do
Mosteiro de S. João de Tarouca

Capela do Monte, Velha Goa

A intervenção na igreja de Nossa Senhora do Monte em Goa conduzida pela Fundação Oriente é a mais importante obra de reabilitação arquitectónica e restauro até hoje levada a cabo por instituições portuguesas no sul da Ásia em matéria de dimensões, custos e importância simbólica.



Paulo Varela Gomes

A Capela do Monte hoje: vista do sul



Paulo Varela Gomes

A Capela do Monte hoje: interior, vendo-se dois dos tirantes de aço

O projecto e a obra desenrolaram-se entre 1997 e 2002 e o custo total foi de cerca de 400 mil euros a preços da época. As decisões projectuais que orientaram a intervenção pertenceram ao arquitecto Luís Marreiros do quadro do IGESPAR (então IPPAR) e na obra intervieram muitos especialistas de firmas sediadas em Bombaim (Mumbai) e Goa.

O edifício, embora seja conhecido como *Capela do Monte*, é uma igreja de considerável dimensão com uma nave única de 21 metros de comprimento e 14 de largura em medidas actuais, coberta de abóbada de berço com 9 metros de vão erguida a cerca de 15 metros de altura, capela-mor também coberta de abóbada de berço, com 5,5 metros de vão.

A presente forma da igreja data do final do século XVI. Contrariamente ao que sucedeu a muitas outras edificações da velha cidade de Goa, a igreja do Monte não foi muito alterada desde essa época devido à posição excêntrica que ocupa relativamente

ao antigo centro urbano. Localiza-se no alto de uma colina, a fachada virada a poente, com uma vista esplêndida sobre o que resta da antiga capital. O culto de Nossa Senhora manteve-se na igreja, talvez por causa da força paisagística e simbólica da sua localização – e esse culto manifesta até um certo sincretismo traduzido na devoção de muitos hindus. É possível que isto tenha salvo a igreja de ser demolida no século XIX como sucedeu a dezenas de outras igrejas, conventos e capelas de Velha Goa.

A *Capela do Monte* chegou ao fim do século XX em grave risco estrutural: a abóbada de berço apresentava fracturas longitudinais que mostravam que as paredes estavam a afastar-se. Uma varanda ou *loggia* encostada ao flanco norte da igreja deformava a parede desse lado e estava ela própria a desmontar-se. O telhado muito danificado, permitia a infiltração de enormes quantidades de água aquando das chuvas torrenciais da monção de sudoeste (Junho a Outubro).

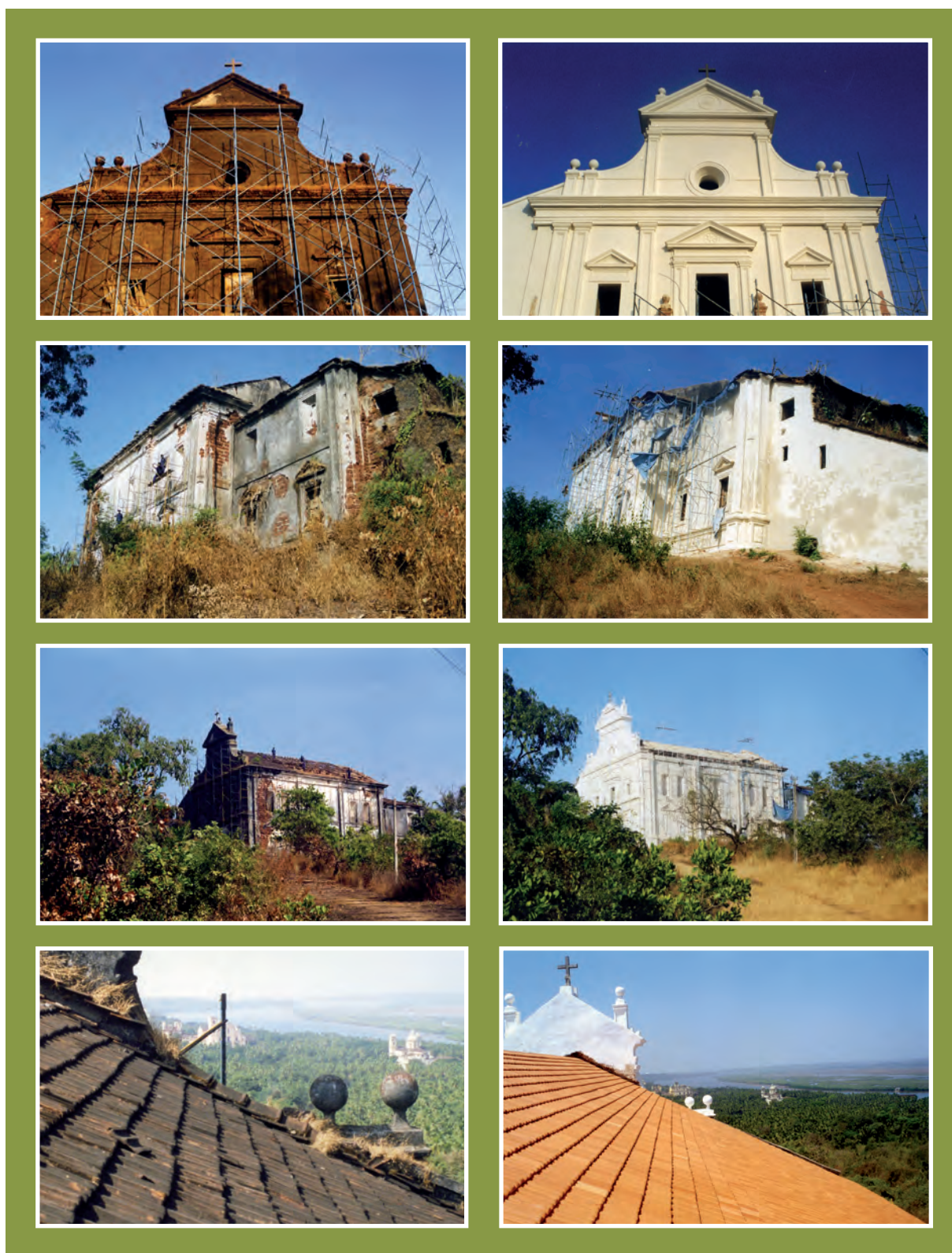
O projecto de intervenção foi definido logo de início, nas suas linhas essenciais. Depois, no decurso da obra, foi sendo ajustado à medida que novos problemas iam sendo encontrados. Luís Marreiros descreveu assim as medidas de carácter estrutural que foram tomadas:

“- colocação de 4 tirantes em aço inoxidável com 2cm de diâmetro [estes tirantes agarram as paredes da igreja uma à outra atravessando lateralmente o vão da nave ao nível do arranque da abóbada];

- reposição, através de colocação das pedras em falta e injeção de argamassas em juntas, de um carrego da abóbada constituído por uma “sandwich” de argamassas bastardas, de geotêxtil e de fibra de vidro;

- ancoragem da parede sul às paredes nascente e poente, e da abóbada às paredes limítrofes, por meio de colocação de gatos em aço inoxidável;

- ancoragem do pavimento superior da *loggia* à parede norte da capela (no decurso dos trabalhos verifi-



Registos fotográficos antes e depois da intervenção (cedidos por Adelino Rodrigues da Costa)



Registos fotográficos antes e depois da intervenção (cedidos por Adelino Rodrigues da Costa)

cou-se ser igualmente necessário colocar barras metálicas no intradorso das abóbadas de arestas da *loggia* para reforçar arcos instáveis);

- reforço das fundações da parede sul e dos contrafortes do lado norte;
- reparação dos contrafortes da parede norte”.


Além destas medidas, houve substituição do telhado, reparação dos rebocos, caiação, reparação e substituição de portas e janelas, restauro de altares de talha, pinturas e esgrafitos, colocação de lajes de pedra no adro e no interior.

O contraste entre a “leveza” da intervenção, caracterizada essencialmente pela colocação de peças metálicas de consolidação estrutural, e a gravidade dos problemas que o edifício apresentava, constituiu um marco de

importância assinalável no quadro da Índia como um todo, onde era hábito recorrer-se a cintas e sapatas de betão armado para prevenir ou remediar problemas como aqueles que se verificavam no Monte.

Concluída a obra há seis anos, a Capela do Monte foi devolvida ao culto católico. Infelizmente, a sua localização magnífica e excêntrica – que a terá salvo da demolição – impede o pleno florescimento desse culto. A sua utilização como palco anual do Festival do Monte, um Festival de música clássica ocidental e indiana organizado pela Fundação Oriente e o Hotel Cidade de Goa, procura obviar a uma excessiva desocupação do lugar.

Não basta, porém. O esforço de recuperação do edifício tem que ser acom-

panhado pela recuperação da sua vida: ao serviço do culto religioso, da cultura, do turismo cultural. 

BIBLIOGRAFIA

Noronha, Percival de, e Varela Gomes, Paulo, “A Capela de Nossa Senhora do Monte em Velha Goa / The Chapel of Nossa Senhora do Monte in Old Goa”. *Oriente*, 1(2001), pp. 61-71.

Costa, Adelino Rodrigues da (ed.), *Capela de Nossa Senhora do Monte, a recuperação patrimonial de 4 séculos de história*, Fundação Oriente, 2001 (por publicar).

<http://www.saveheritage.com/goa/lady/lady.htm>.

PAULO VARELA GOMES,
Historiador da Arquitectura

**Diagnóstico,
Levantamento
e Controlo de Qualidade
em Estruturas
e Fundações, Lda.**



Rua Pedro Nunes, n.º 45 - 1.º Esq. 1050-170 Lisboa
Tel.: 213 563 371 Fax: 213 153 550
E-mail: ger@oz-diagnostico.pt
www.oz-diagnostico.pt



Ensaio de ultra-sons na Ponte Angeja



Avaliação das propriedades
mecânicas de uma argamassa de
assentamento, através do ensaio
de arrancamento de uma hélice



Observação boroscópica de uma parede



Extracção de carote na laje de cobertura
de um edifício, para caracterização do
material

INSPECÇÃO E DIAGNÓSTICO DE CONSTRUÇÕES ANTIGAS: ANTES DE INTERVIR, CONHECER

Com cerca de vinte anos de experiência e detentora de uma certificação ISO 9001:2000, a **Oz** está em condições de prestar um conjunto de serviços de qualidade, numa área de grande exigência, de forte componente tecnológica e de constante inovação. Entre estes serviços, destacam-se:

1. Vistoria de edifícios e outras estruturas com identificação e registo de anomalias.
2. Monitorização topográfica para acompanhamento de deformações e movimentos das estruturas.
3. Levantamento da geometria, constituição e implantação dos elementos estruturais e fundações.
4. Ensaio para caracterização da resistência e estado de conservação dos materiais e elementos estruturais.
5. Elaboração de projectos de reabilitação energética e ambiental de edifícios. *
6. Elaboração de planos de manutenção de edifícios (de habitação, de serviços) e de infra-estruturas (industriais, de transportes). *
7. Revisão de projectos de construção nova ou de reabilitação de construções existentes.
8. Modelação estrutural utilizando programas de cálculo avançados.
9. Simulação tridimensional ("restauro virtual") para fins arquitectónicos, arqueológicos ou museológicos. *
10. Concepção e realização de acções de formação especializada, na área da reabilitação das construções (a empresa é entidade formadora acreditada pelo IQF). *

*serviços não abrangidos, à data, pelo âmbito da certificação.



A **Oz** é uma empresa do Grupo Stap, ao qual pertencem, também, a Mestres Carpinteiros, Ld.ª, a Monumenta, Ld.ª, a Stap, SA e a Tecnocrete, Ld.ª.



A Sinagoga portuguesa S

Portas da Esperança

Há cem anos os judeus de Lisboa concretizavam um sonho: a construção de uma sinagoga que reatasse com o passado da presença judaica em Portugal, antes da expulsão, abrindo simultaneamente uma porta de esperança para o futuro.

A 23 de Agosto de 1901 foi assinada a escritura de compra de um terreno na rua Alexandre Herculano, onde actualmente se situa a sinagoga. Por impedimento legal, a escritura de compra do terreno foi feita em nome particular de algumas pessoas, sendo este posteriormente doado à Comunidade.

O projecto da sinagoga foi da autoria de um dos maiores arquitectos da época, Miguel Ventura Terra. Teve, no entanto de ficar tapado por um muro exterior dado que não era permitida a construção com fachada para a via pública de um templo que não fosse da religião oficial do Estado.

Finalmente, a 25 de Maio de 1902 é colocada por Abraham E. Levy a Pedra Fundamental, nela ficando gravada a inscrição seguinte:

"Colónia Israelita de Lisboa"
Esta Pedra Fundamental da Sinagoga
Portuguesa
SHAARÉ TIKVÁ
Foi collocada em 18 de Yiar de 5662
25 de Maio de 1902
por Abraham E. Levy
Sendo Presidente do Comité Leão
Amzalak
Presidente da secção de edificação
A. Anahory
e thesoureiro da Colónia Salomão de M.
Sequera

Arquitecto Ventura Terra

Inaugurada dois anos depois, a 18 de Maio de 1904, a Sinagoga Shaaré-Tikvá é a primeira sinagoga construída de raiz, desde as conversões forçadas e da destruição oficial do judaísmo português, em 1497, que liquidou uma

comunidade florescente e numerosa que tanto contribuiu do ponto de vista científico, económico e cultural para o desenvolvimento de Portugal.



Parede onde se integra a Aron há - Kodesh (arca sagrada)



Muros com o Memorial de 100 anos da sinagoga

Cem anos numa vida é muito. Em história nem tanto. Mas a Sinagoga de Lisboa poderia contar muitas histórias: histórias tristes e histórias alegres, mas acima de tudo ela é o espelho do século, com os seus momentos trágicos mas, também, de esperança.

Nela se assistiu ao nascimento da República e se orou pelo fim da Primeira Grande Guerra; nela se implorou o fim do calvário dos judeus da Europa às mãos de Hitler: os seus muros são testemunho da dor, do desespero e também da esperança de milhares de refugiados, sobreviventes do Holocausto, que por aqui passaram e que a comunidade acolheu e confortou.

Na Sinagoga de Lisboa se deram graças e se regozijaram os judeus pela

criação do Estado de Israel; nela também se pediu o fim da guerra colonial e se chorou a morte de Meir Kopejka em Angola.


Nela se viveu o 25 de Abril e se acolheu Mário Soares, o primeiro Presidente da República a entrar na Sinagoga, seguido por Jorge Sampaio e mais recentemente por Aníbal Cavaco Silva; nela se homenageou Aristides de Sousa Mendes, como testemunho da eterna gratidão dos judeus, pela sua corajosa acção de salvamento, durante a Segunda Guerra.

Nos seus muros se evocaram os 500 anos do Édito de Expulsão, de 1496, e se orou em memória das vítimas da Inquisição.

Na nossa sinagoga esteve Itzhak Rabin, o homem que acreditou na Paz entre os povos de Israel e da Palestina e por ela se orou com a presença, pela primeira vez na história da sinagoga, de representantes da Igreja Católica e da Comunidade Islâmica.

Espelho do século, a Sinagoga Shaaré-Tikvá tem sido também o ponto de encontro dos judeus de Lisboa, a nossa "casa": nascimentos, maioridade religiosa, casamentos, morte, tudo o que faz parte do ciclo de vida judaico reúne a comunidade no seu seio, assim como a celebração de todas as festividades do calendário religioso e em primeiro lugar do Shabat.

Ao longo de todo o século XX, a Sinagoga Shaaré-Tikvá tem sido o ponto de unidade da Comunidade Israelita de Lisboa, o símbolo da sua presença e continuidade.

A comemoração do centenário da sinagoga restaurada e renovada constituiu a nossa homenagem aos seus fundadores, dedicando-a aos nossos filhos e netos. 

ESTHER MUCZNIK,
Vice-Presidente da Comunidade
Israelita de Lisboa

a Shaaré-Tikvá

As sucessivas intervenções arquitectónicas na sinagoga Shaaré Tikvá, de autorias respeitáveis e reconhecidas, emprestam simultaneamente, um sentido de responsabilidade e de comunhão (partilha) a quem se propõe intervir neste edifício centenário, no ano de 2002/2004 em mais uma das suas metamorfoses. Depois de Ventura Terra, a quem se deve o desenho original, proposto e construído de modo mais ou menos oculto (guardado no interior de um quarteirão), tal como obrigavam as vicissitudes da época, e depois do mestre Carlos Ramos ser chamado a ampliar o edifício, dando resposta à afluência religiosa, que marcou o período do pós-guerra, eis que a Comunidade Israelita de Lisboa, envolta no espírito que a comemoração do centenário da sua sinagoga lhe suscita, decide reformular o edifício e seus espaços exteriores, introduzindo um novo programa, que antes de mais, quer promover a relação entre a comunidade religiosa que representa e a comunidade urbana onde se insere!

Ricardo Bak Gordon, 2005

A Sinagoga Portuguesa Shaaré Tikvá (Imóvel de Interesse Público desde Abril de 1997) inscreve-se num conjunto de obras do arquitecto Miguel Ventura Terra que marcaram as primeiras décadas do século XX em Lisboa, muito influenciadas pelos contactos com outras realidades europeias, nomeadamente a Francesa. Este belo e austero exemplar da arquitectura do período da Arte Nova, não sendo a obra mais notável do seu autor, é contudo uma peça que importa preservar, pela sua singularidade mas também pela importância simbólica para a comunidade judaica residente em Portugal.

A partir de Abril de 1999, na sequência de diversos contactos entre a Comunidade Israelita de Lisboa e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), foram lançadas duas empreitadas de construção referentes à beneficiação do imóvel e uma de conservação e restauro. As obras tiveram início em Setembro de 2000 tendo sido finalizadas em Setembro de 2004, coincidindo com a reabertura do templo para a comemoração do seu centenário.

Para além da recuperação das fachadas, caixilharias exteriores e coberturas, o programa de intervenção consagrou a recuperação/restauro do espaço do templo mas também a valorização e adaptação dos espaços



Entrada Principal e Pátio Murado



Fachada Principal da Sinagoga de Lisboa


integrados no corpo poente, segundo projecto do Arq.º Ricardo Bak Gordon, de modo a melhor servirem as necessidades actuais da Comunidade.

A futura recuperação e modernização do corpo Nascente, acrescentado em 1954, poderá permitir a instalação do Museu Judaico da Comunidade Israelita de Lisboa.

A recuperação de um imóvel classificado construído no século XX é ainda uma experiência rara. Em Portugal o

“peso” da idade e o conservadorismo histórico faz com que a vetustez e classicismo académico imponham o seu dogma sobre significativas peças do património edificado desde finais do oitocentos até aos nossos dias.

O processo de recuperação não foi simples nem isento de tensões. Chuvas anormalmente fortes e persistentes dificultaram a recuperação das coberturas e fachadas, onde se ensaiavam acabamentos que caíram em desuso há quase um século; os acontecimentos internacionais implicaram preocupações suplementares no acesso à obra e controlo do estaleiro; a conciliação da obra com os rituais religiosos da comunidade implicou diversos condicionamentos na obra, exigindo uma complexa gestão das empreitadas.

Em boa hora se classificou a Sinagoga de Lisboa e se reuniram sinergias para a recuperar, esperamos que deste esforço resulte uma melhor, mais plural e eclética divulgação do património religioso nacional. 

JOÃO SEABRA GOMES e
ALBERTINA RODRIGUES,
Direcção Geral dos Edifícios e
Monumentos Nacionais,
Direcção Regional de Monumentos de
Lisboa

A Sinagoga portuguesa *Shaaré-Tikvá*

Obras de Restauro



Conjunto de cadeiras após restauro



Vista panorâmica do Templo, após recuperação

A Sinagoga de Lisboa, designada por Shaaré-Tikvá (Portas da Esperança), situa-se na Rua Alexandre Herculano, numa zona de quintal pois assim o exigia a legislação monárquica em relação a todos os templos não católicos, não permitindo que se pudessem ver da via pública.

A MIU teve a seu cargo as recentes obras de restauro no interior do Templo, nomeadamente através de novas pinturas em paredes e tectos, restauro dos cadeirais e pavimentos. No exterior, com a demolição da torre anexa em estrutura de betão, portanto mais recente, permitiu a circulação total em redor do edifício, recolocando

este no centro do espaço a ele destinado. A execução de um novo portão metálico com zona envidraçada, deu uma renovada leitura do Templo quando observado do exterior.

Na zona dos banhos rituais (Mikváh), situada na cave, foi reforçado o tecto com estrutura metálica, demolido o tanque actual, com execução de um novo e zona de balneários.

No Templo, desenvolvido por três pisos, procedeu-se ao restauro dos pavimentos em madeira com posterior afagamento, envernizamento e recuperação de todos os balaústres. A nível das paredes e tectos foram reparados os estuques e pintados a tinta

plástica. Efectuou-se a substituição do sub-céu (clarabóia interior) com vidros laminados transparentes.

A Ala Poente, que se desenvolve por três pisos, foi objecto de profundas remodelações e beneficiações, executando-se reforços dos tectos com estrutura mista metálica e madeira, reconstruídas as treliças em madeira para suporte da cobertura existente, ficando esta zona com um tecto falso em placas de gesso cartonado acompanhando as inclinações das diversas águas da cobertura. Procedeu-se ao restauro dos tectos com ornamentos, bem como à execução de tecto em estafe com linhagens e moldes em estuque iguais aos existentes de modo a dar continuidade na leitura.

No exterior, procedeu-se à demolição da portaria existente, com a posterior execução de uma nova, beneficiação de muros exteriores com pintura e execução de novo pavimento com pedra de calçada, bem como à iluminação exterior.

O restauro dos cadeirais foi totalmente executado pelo nosso Departamento de Conservação e Restauro de Madeira e Mobiliário. Este trabalho consistiu na remoção dos estofos velhos, colagem de peças soltas em madeira e à execução de novos elementos em falta com as características das existentes. Seguidamente, procedeu-se à limpeza geral com remoção de toda a sujidade e resíduos de vernizes e ceras antigas. Após este trabalho, foi efectuado o tratamento, conservação e acabamento das madeiras com produtos à base de anilinas e goma laca. Finalmente foram aplicados novos estofos respeitando as características originais com utilização de novas precintas, galões e pregos velhos a condizer com os estofos.



Aspecto final da estrutura da cobertura da biblioteca



Vista do Templo apresentando os três níveis

ARTUR CORREIA DA SILVA,
Engenheiro,
MIU - Gabinete Técnico de
Engenharia, Ld.^a

Sinagoga de Castelo de Vide

O projecto arquitectónico da intervenção

A sua imagem é simples, semelhante às construções vizinhas, negando qualquer monumentalidade que do nome lhe poderia advir. É feita de salas pequenas e desniveladas entre si e de tectos baixos com barrotes à vista; de paredes caiadas e irregulares marcadas, ocasionalmente, por antigos vãos e por elementos pontuais, como uma cantareira, um fumeiro e o tabernáculo; de pavimentos em lajes irregulares de granito sob os quais se escavaram silos...



Vista do espaço onde foi introduzida a nova escada



Salas dos silos musealizados, com pavimento em vidro



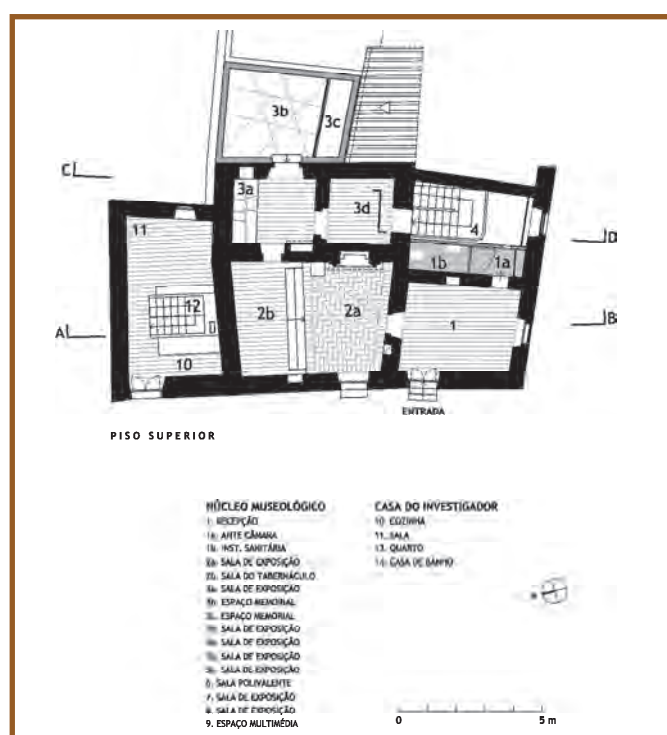
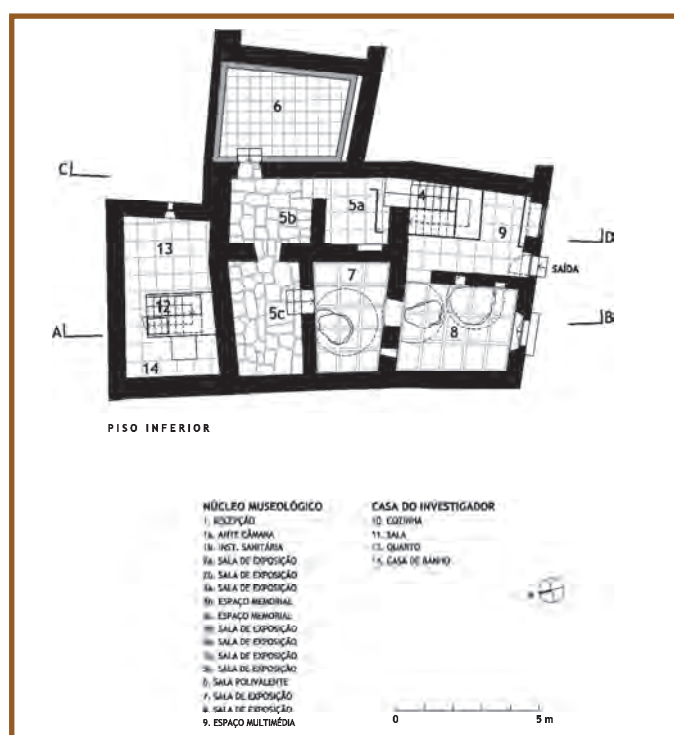
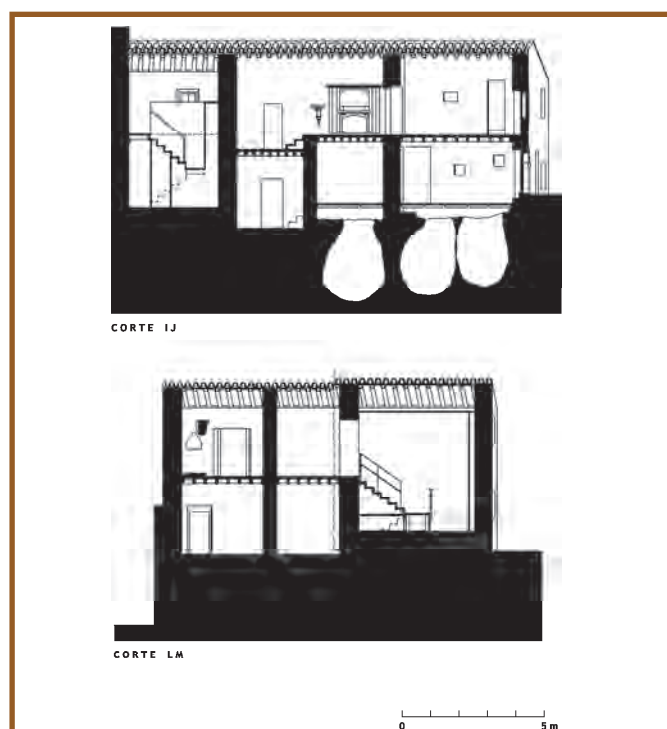
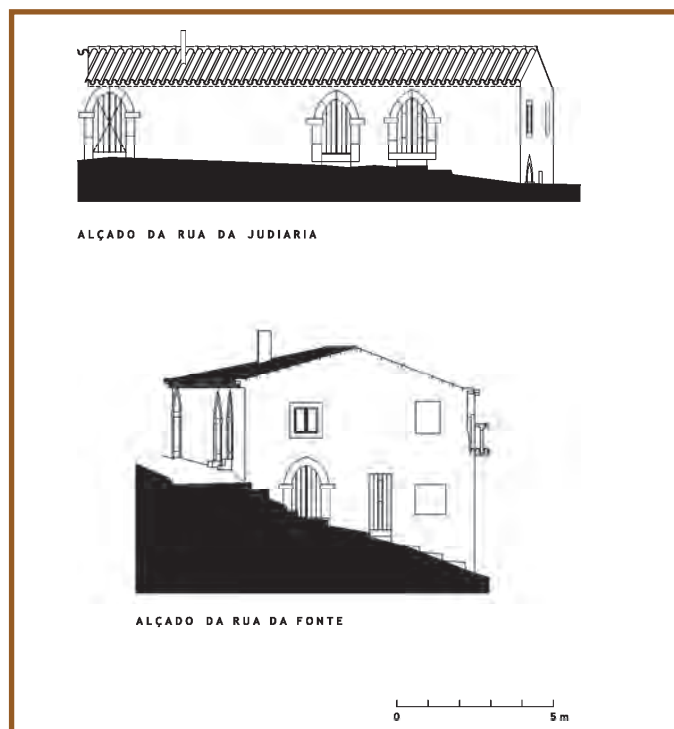
Pormenor do alçado principal

Sendo certo que guarda na sua memória mais longínqua uma vivência de cunho marcadamente hebraico, a sinagoga possuiu, desde então, variadas ocupações, nomeadamente habitacional, com acrescentos aqui, abertura e encerramento de vãos acolá, ou outras alterações puramente funcionais. Dada a importância histórica e simbólica do edifício, a intervenção procura respeitá-lo e enaltecê-lo, pois o seu valor reside precisamente na sua autenticidade, enquanto expressão da íntima relação entre a forma construída e a cultura específica de um lugar. Clarificou-se o que é preexistente e o que é introduzido actualmente, com dois tipos de intervenção física e linguagens formais distintas: por um lado, restaura-se – ou pelo menos recupera-se com os materiais e técnicas

tradicionais – a preexistência, salvaguardando o seu carácter e autenticidade e valorizando-a enquanto conteúdo expositivo; por outro lado, introduzem-se novos elementos arquitectónicos – contentores de infra-estruturas e funções inerentes à adaptação a núcleo museológico, – nos espaços passíveis de uma maior interferência. Por oposição à materialidade maciça da construção permanente, os novos elementos, com estruturas leves, têm um carácter mais efémero e reversível, enquanto resposta num dado momento histórico aos novos usos agora requeridos. Utilizam-se as estruturas de madeira de uma forma mais generalizada, revestidas com apainelados de contraplacado marítimo, e mais pontualmente, o metal, como na estrutura que

suporta o piso de vidro sobre os silos, agora desentulhados e musealizados. No entanto, na prática, a intervenção não deixa de reflectir as ambiguidades de captar essa espessura temporal dum espaço sucessivamente ocupado de formas diversas (com muitas memórias, portanto), obrigando continuamente a justificar ou repensar opções projectuais (em projecto e em obra) ao nível do pormenor, tentando valorizar-se a leitura do todo. O que se mantém, o que se sacrifica, a que é que se dá visibilidade? A nova espacialidade será feita de tudo isto, de uma atmosfera simbólica, de um questionamento sempre latente, de muitas identidades, de formas e materiais antigos, convivendo com outros que, esperemos, farão memória.

Sinagoga de Castelo de Vide _ Núcleo Museológico



SUSANA BICHO e
ALBERTO CRUZ,
Arquitectos,
N Planos Arquitectura Ld.ª

A intervenção



Aspecto da parede exterior (piso superior)



Aspecto interior antes da intervenção

O estado geral do edificado existente era muito precário, havendo necessidade de proceder, com alguma urgência, aos trabalhos de reforço e consolidação. As intervenções levadas a cabo, neste âmbito, passaram pela execução de injeção de caldas à base de cal, furação e colocação de tirantes e pregagens, colocação de alvenaria de pedra, de modo a colmatar as lacunas existentes, e execução de novos rebocos, com revestimento final a cal, reconduzindo a estrutura ao seu monolitismo inicial. Além do edificado existente, foi construído um corpo novo, sendo todos os elementos estruturais, vigamentos, frechais e frontais, executados em madeira de casquinha vermelha, com o devido tratamento. Todo o reboco existente foi removido de modo a colocar à vista o suporte, podendo assim ter-se uma avaliação mais completa deste. Para além disso, o reboco apresentava-se com zonas de destaque bastantes grandes e na maioria da sua área apresentava já uma pulverulência bastante avançada, devido à elevada presença de humidade. Após análise das paredes existentes, verificou-se a necessidade de desmontar uma delas, pois a mesma não demonstrava resistências suficientes para suportar as medidas de consolidação

preconizadas que poderiam levar ao seu colapso, tendo a nova parede sido executada com utilização de materiais idênticos aos existentes, nomeadamente alvenaria de pedra aglutinada com argamassas bastardas de cimento, cal e areia, ligada às paredes existentes que se mantiveram através de pregagens. Foi necessário proceder à remoção de todos os elementos de betão armado existentes no edificado, mormente as estruturas existentes na habitação contígua que passou a fazer parte integrante da existente, que apresentava lajes em betão, e pavimentos cerâmicos recentes, assentes em betonilhas e escadas de acesso ao 1.º piso. A cobertura do edifício existente, na sua grande parte, já não cumpria a função de protecção, apresentando a sua estrutura de suporte graves anomalias, tendo todos os elementos seus constituintes sido removidos, excepção feita a duas madres existentes que mantinham o seu estado em boas condições de utilização, que foram reaproveitadas depois de devidamente tratadas. Como solução para a nova cobertura da zona existente, foram utilizados toros de madeira de castanho e, entre estes, foram colocadas tijoleiras artesanais. Por cima dos barrotes foram colocados painéis de MDF que serviriam de base para colocação do

isolamento térmico, executado em placas de poliestireno extrudido. Recorreu-se também à utilização de subtelha, sobre a qual foram colocadas as telhas de canudo argamassadas, tendo sido reutilizada 25 por cento da telha existente, sendo a restante telha nova, com as mesmas características das reaproveitadas. A cobertura do novo corpo tem como base de apoio ao revestimento painéis compostos de madeira e betão, sendo a envolvente revestida com uma membrana e a cobertura final executada em chapa de zinco-titânio, recorrendo ao sistema de “junta agrafada”. A maior dificuldade na execução dos trabalhos foi o espaço exíguo das divisões do edificado, assim como dos acessos exteriores ao mesmo, tendo o estaleiro ficado algumas dezenas de metros afastado da frente de trabalho, não sendo possível recorrer à utilização de meios mecânicos, em especial de elevação e de transporte.

FRANCISCO BUXO,
Engenheiro Técnico Civil,
Stap, S. A.

Igreja da Santíssima Trindade

Santuário de Fátima

BREVE HISTÓRIA

A nova Igreja da Santíssima Trindade situa-se no topo sudoeste do recinto do Santuário de Fátima e tem uma área de intervenção com cerca de 230x155m².

A estrutura da Igreja, com capacidade para cerca de 9 000 lugares sentados, é constituída por uma parede cilíndrica de betão armado atravessada na zona central por 2 vigas salientes de grande altura (VPE) que dão apoio à cobertura.

Para além da Igreja foram ainda executadas, em cave, zonas para capelas, foyer, instalações sanitárias, confessionários e respectivas áreas técnicas de apoio.

A elevada durabilidade pretendida, superior a 100 anos, levou a que fossem tomados cuidados especiais na concepção, projecto, selecção dos materiais, sua produção e controlo, bem como na adopção de medidas especiais de execução.

SOLUÇÃO ESTRUTURAL

Escavação / Fundações

A grande heterogeneidade dos solos de fundação obrigou à utilização de vários processos de escavação, incluindo desmonte com recurso a explosivos.

O maciço calcário de fundação encontra-se a profundidades variáveis, desde praticamente aflorante até cerca de 20m, com enchimentos de materiais argilosos.

Os trabalhos tiveram de ser executados garantindo o funcionamento de todos os serviços religiosos e o respeito pela elevada concentração de pessoas que, por motivos turísticos/religiosos, procuram diariamente o sossego do recinto.

Procurou-se que as fundações fossem sempre no maciço calcário para evitar o risco de assentamentos diferenciais. Isso obrigou à utilização quer de fundações directas quer de estacas. Houve mesmo locais em que apareceram algares (cavernas



Implantação e Vista Geral

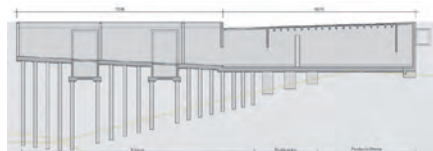
no maciço calcário) obrigando à utilização de estacas com molde metálico perdido. Na transição entre as zonas de fundação directa e indirecta foram executados enchimentos com betão simples até à cota do maciço rochoso.

Igreja

A parede do contorno exterior da Igreja (com 125m de diâmetro e 15m de altura média) é isolada termicamente e revestida a pedra, tendo sido concebida sem juntas de dilatação.



Escavação / Fundações



Fundações

A minimização dos efeitos da retracção do betão mereceu cuidados especiais, tendo sido utilizados betões de baixa retracção ($\epsilon_t = -100 \times 10^{-6}$), e bandas intercalares de betonagem em 2.^a fase, que permitiram a dissipação de uma parcela significativa dos efeitos da retracção durante a fase inicial da construção. A estrutura da cobertura é composta por sheds (metálicas) cujas vigas, com 4,45m de altura total, são dispostas perpendicularmente às vigas VPE atrás referidas, apoiando-se nelas e nas paredes cilíndricas de betão. Os vãos dessas vigas são variáveis com um máximo de 55,65m.

O banzo inferior de cada viga liga-se ao banzo superior de uma das vigas contíguas por meio de perfis inclinados que constituem o apoio das lajes da cobertura. As vigas são revestidas exteriormente com vidro, permitindo o aproveitamento controlado da luz solar.

Nas lajes da cobertura pretendia-se simultaneamente massa (por razões acústicas) e aligeiramento (para não sobrecarregar a estrutura), tendo-se por isso optado pela utilização de lajes alveoladas de betão, prefabricadas e pré-esforçadas.

A forma da cobertura permite que funcione como um "harmónio" longitudinal acomodando, sem grandes esforços ou concentração de deformações nos apoios, as alterações dimensionais das VPE.

A parede e as vigas centrais são elementos fundamentais no suporte e travamento da cobertura, quer para

as acções de exploração corrente quer para os sismos.

As Vigas Principais (VPE), de betão branco armado pré esforçado, são elementos de relevo quanto ao partido arquitectónico pretendido.

Encontram-se afastadas entre si de 10m, são parcialmente aparentes (nomeadamente no exterior do edifício) e apresentam uma altura significativa que varia linearmente de 14m a 4m; constituem um elo de ligação visual entre o espaço da Grande Assembleia que envolvem e as capelas onde mergulham, destacando-se de quaisquer outros elementos do edifício.

São elementos de grande comprimento (cerca de 182m) e altura. A sua secção transversal, com 2m de largura, é vazada, em caixão, o que permite um aligeiramento significativo a par de um elevado desempenho estrutural. Este vazamento é ainda aproveitado para facultar acessos à cobertura e colocar equipamentos e instalações técnicas.

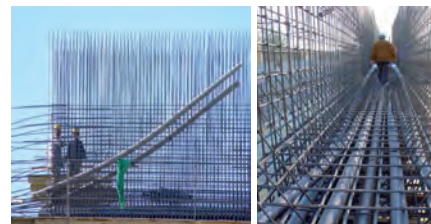
Os 3 pilares de apoio, em cada viga, são lâminas de betão armado de grande dimensão longitudinal, definindo vigas contínuas de 2 tramos.



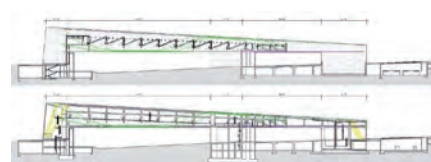
Igreja



Cobertura Metálica



Vigas VPE (fase construtiva)



VPE - Alçado e corte

O maior vence a quase totalidade do espaço correspondente à Assembleia (com cerca de 80m), recebendo as acções provenientes da cobertura; o menor, menos carregado, funciona como tramo de equilíbrio e prolonga-se até às capelas.

Os efeitos acumulados das variações de temperatura e da retracção do betão, associados à elevada rigidez das paredes de apoio no plano das vigas, levou a que se adoptassem juntas de dilatação horizontais nos apoios extremos.

Os esforços verticais e transversais são transmitidos a aparelhos de apoios que, por permitirem deslocamentos longitudinais e rotações, reduzem os efeitos dos deslocamentos impedidos e permitem a aplicação eficaz do pré-esforço.

As duas vigas VPE são solidarizadas entre si por intermédio de uma laje e um conjunto de septos, constituindo uma única viga horizontal de grande rigidez.

A execução dos elementos de betão branco impôs a utilização de medidas especiais quer na produção, quer na aplicação e cura. Realça-se a execução de protótipos à escala real, os cuidados com a cofragem, com o estudo do cimbra, a criteriosa



Vigas VPE

sequência de execução e a utilização de meios especiais para controlo da temperatura de aplicação do betão, incluindo o arrefecimento do betão com azoto líquido à saída da central de produção.

O recurso ao azoto líquido para controlo da temperatura do betão em massa traduz-se em benefícios tanto na retracção como na durabilidade, precavendo os perigos do futuro desenvolvimento de reacções álcalis agregados expansivas e reduzindo a probabilidade de fendilhação devida à retracção inicial. Decorreu da imposição do projecto a limitação de 20 ° como temperatura de aplicação do betão, para ter em conta o elevado calor de hidratação do cimento branco e a volumetria das peças. A eficácia deste processo foi sendo aferida durante a execução, com ins-



Apoios das Vigas VPE

trumentação *in-loco* nos troços das peças com maior volumetria, observando-se bons resultados mesmo no período estival.

Os betões, de elevada resistência e compacidade, baixa permeabilidade e retracção controlada, foram ainda dotados com agentes de protecção anticorrosiva, com efeitos nas reacções catódica e anódica do processo electroquímico da corrosão. A composição, produção e aplicação do betão foram sendo ajustadas com a execução de ensaios e protótipos à escala real, de forma a garantir a obtenção das características especificadas no projecto.

Foram também adoptados critérios mais exigentes do que os habitualmente considerados, com destaque para a verificação dos estados-limite associados à fendilhação, o que



Aplicação de Azoto Líquido

Quadro 1 - Materiais e quantidades principais

Área de Construção	40 000m ²
Volume de Escavação	245 000m ³
Comprimento total de estacas	5 300 ml
Betão Cinzento (C25/35)	45 000m ³
Betão Branco (C35/45)	7 000m ³
Moldes para Betão Cinzento	120 000m ²
Moldes para Betão Branco	25 000m ²
Aços Passivos (A400NR)	7 000 ton.
Aços para Pré-esforço (de baixa relaxação, com $f_{puk} \geq 1860$ MPa)	150 ton.
Aço para Estrutura Metálica	950 ton.
Contenções Provisórias	1700 m ²

Quadro 2 - Prazos

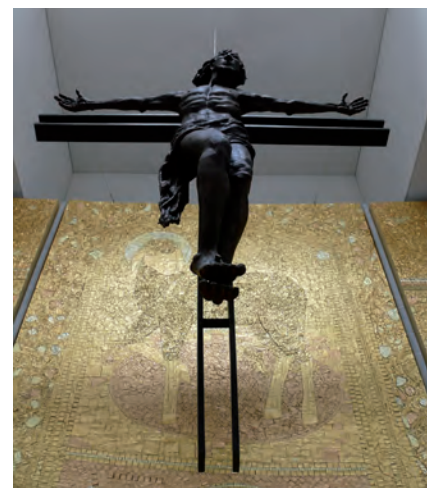
Projecto	2000-2003
Execução	
Fundações e Estruturas	2004-2006
Instalações e Acabamentos	2006-2007

condicionou o nível de pré-esforço adoptado.


Corpos Anexos e Obras Acessórias

O edifício é constituído ainda por alguns corpos que desempenham funções complementares: capelas, foyer, zonas técnica e diversas gale-rias de acesso e técnicas.

Estes corpos são construídos em cave, com a cobertura na continuidade do pavimento do recinto existente. A sua estrutura foi realizada com paredes de betão armado que dão apoio a lajes prefabricadas (tipo TT), com vãos entre 9m e 20m.



Estruturas das portas e suspensão do Cristo

Para além dos edifícios foram ainda dimensionadas algumas estruturas singulares, como sejam a suspensão do Cristo de bronze (3 ton.) no Presbitério, o apoio e estrutura das portas da entrada principal (4 x 3,5 ton.), paredes móveis no interior da Igreja e entivações provisórias para a salvaguarda das árvores de grande porte adjacentes à escavação. 

JOSÉ MOTA FREITAS, EUGÉNIO
MAIA, MIGUEL GUIMARÃES
Engenheiros,
ETEC, Ld.^a

CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS



A par de um curriculum significativo em obras, algumas de grande complexidade, da área hospitalar, a empresa orgulha-se de uma intervenção crescente em recuperação e reabilitação de património com um cunho de rigor, qualidade e profissionalismo.

A Empresa **LNRibeiro Construções Lda**, fundada em 1989, tem desenvolvido a sua actividade de construção civil e obras públicas preferencialmente na área da reabilitação, remodelação.



Os nossos operários, técnicos e responsáveis fazem reabilitação por opção e gosto.

A reabilitação exige particular sensibilidade, total disponibilidade na procura das melhores soluções para cada caso e um grande respeito pelo património arquitectónico.

RUA PAULO RENATO, 3 R/C, C-D 2799-561 LINDA A VELHA
TEL: 214153520, FAX:214153528, E-MAIL:LNRIBEIRO@LNRIBEIRO.PT

Carta de Villa Vigoni

Sobre a protecção dos Bens Culturais da Igreja

Nos dias 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1994 realizou-se, na Villa Vigoni (Lago de Como), um encontro promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, sobre o tema “A protecção do património cultural como dever do Estado e da Igreja”.

Os especialistas alemães e italianos participantes neste encontro aprovaram a seguinte recomendação, designada por “Carta de Villa Vigoni”:

1. Os bens culturais da Igreja constituem uma das expressões mais elevadas da tradição cristã vivida por inúmeras gerações de crentes e representam uma parte essencial da herança cultural da Humanidade. Com efeito, esses bens culturais são manifestações de Deus ao Homem e aspirações do Homem para Deus, e constituem testemunhos da identidade e da tradição dos povos.

2. A Igreja e a sociedade devem ter consciência da sua enorme responsabilidade que é conhecer, proteger, valorizar e transmitir às gerações futuras este valioso património que lhes está temporariamente confiado.

Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja

Criada em 1988 e reorganizada cinco anos depois, esta Comissão da Cúria Romana tutela o vasto património histórico e artístico da Igreja Católica e colabora com as dioceses na conservação dos bens culturais nelas existentes. A Comissão estabelece ainda a relação entre o Vaticano e outras organizações ligadas ao património (Unesco, Conselho da Europa, ICOMOS, etc.) e tem publicado orientações sobre inventariação, museus, bibliotecas, arquivos, conventos e igrejas.

MBC

3. O Estado e a Igreja, no âmbito das respectivas competências, devem colaborar na defesa e conservação dos bens culturais da Igreja. As entidades privadas também podem dar um contributo importante para este fim.

4. A Igreja Católica, em particular, deve considerar os bens culturais da Igreja como recurso essencial e instrumento importante da sua actividade pastoral para a re-evangelização do mundo contemporâneo.

5. Os esforços da Igreja para a protecção e valorização dos bens culturais religiosos móveis e imóveis são particularmente importantes no momento histórico actual, quer para contrariar os processos de secularização, de dispersão e de profanação que os ameaçam, quer para responder aos anseios de recuperação da sacralidade, da identidade e da continuidade da herança histórica dos povos.

6. À luz destas considerações, todas as dioceses devem proceder, em primeiro lugar, à elaboração de catálogos e inventários dos seus bens culturais, de acordo com normas técnicas uniformes e segundo metodologias científicas avançadas. O inventário proporciona a base científica indispensável à protecção e à valorização eficazes desses bens culturais.

7. A continuidade de uso na função original constitui a melhor garantia para a conservação dos bens culturais da Igreja. Uma eventual alteração de uso, mesmo que seja inevitável, deve ser sempre compatível com o carácter religioso do bem cultural.


8. A conservação constante do bem cultural deve ser considerada como uma obrigação, concreta, da maior importância em cada comunidade responsável pela sua protecção.

9. Os restauros considerados necessários devem respeitar escrupulosamente a substância cultural dos bens e o seu carácter religioso, e devem ser confiados a especialistas de reconhecida experiência. Cada restauro deve ser realizado após estudos e projectos aprofundados e deverá ser acompanhado da adequada documentação sobre as diversas fases da intervenção.

10. O ensino e a formação dos responsáveis pelos bens culturais religiosos, assim como dos colaboradores científicos e técnicos, devem ser considerados uma função específica das administrações do Estado e da Igreja. Neste âmbito, é particularmente importante a formação dos párocos.

11. A protecção dos bens culturais da Igreja deve ter em especial atenção as diversas formas de poluição e de degradação ambientais. Esta protecção deve estender-se também aos conjuntos arquitectónicos e aos seus espaços envolventes, recorrendo aos diversos instrumentos jurídicos existentes.

12. Cada diocese deve contratar um conservador, idoneamente preparado, bem como outros especialistas, e deve criar um serviço para a protecção dos bens culturais que seja dotado de meios financeiros adequados.

Loveno di Menaggio, 1 de Março de 1994 



FLÁVIO LOPES E MIGUEL BRITO CORREIA,
Património Arquitectónico e Arqueológico,
Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais,
Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 245-246.

828 páginas

2.^a Edição Revista

Inclui
Regulamento dos Sistemas Energéticos
de Climatização em Edifícios (RSECE) 2006
e
Regulamento das Características de Comportamento
Térmico dos Edifícios (RCCTE) 2006

EDIÇÕES ORION

CLIMATIZAÇÃO
CONCEPÇÃO, INSTALAÇÃO
E CONDUÇÃO DE SISTEMAS
EDIÇÕES ORION

CLIMATIZAÇÃO

**CONCEPÇÃO, INSTALAÇÃO
E CONDUÇÃO DE SISTEMAS**

Luis Roriz
Alexandre Gonçalves
Carlos Soares
Fernando Lourenço
João B. Barreto
João Jesus
Lázaro Vazquez
Luis Malheiro

Neste livro é feita uma abordagem dos sistemas de AVAC tendo sido seguida a sequência natural do que terá lugar ao longo da vida de uma instalação. Nele estão contidas informações teóricas e práticas necessárias aos profissionais que trabalham no domínio das instalações de AVAC. Sequencialmente são tratados os aspectos gerais associados aos sistemas de AVAC necessários a ter em conta no projecto de um sistema de climatização, por forma a que possa ser instalado o sistema adequado ao fim em vista: a concepção do sistema, a escolha das características do equipamento a instalar, a escolha e a utilização de programas de simulação quer para o dimensionamento do sistema de AVAC quer para a previsão do consumo energético, os cuidados a ter na execução da obra e os princípios a seguir na condução e manutenção dos sistemas.

...

(da contracapa)

Inclui os textos completos e comentados do
REGULAMENTO DOS SISTEMAS
ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO EM
EDIFÍCIOS (RSECE) 2006
e
REGULAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS
DE COMPORTAMENTO TÉRMICO DOS
EDIFÍCIOS (RCCTE) 2006

**À VENDA NA LIVRARIA
VIRTUAL DO GECORPA**

O Código dos Contratos Públicos

O preço base e a valorização dos trabalhos de suprimento de erros e omissões

Abordámos no anterior número da *Pedra & Cal* o tema dos **erros e omissões** do caderno de encargos no Código dos Contratos Públicos (de agora em diante CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, já rectificado através da Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008.

Tal matéria de “erros e omissões” encontra-se regulada nas seguintes disposições do CCP: a) artigo 61.º com a epígrafe “erros e omissões do caderno de encargos”; b) artigo 376.º com a epígrafe “Obrigação de execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões”; c) artigo 377.º com a epígrafe “Preço e prazo de execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões”; d) artigo 378.º com a epígrafe “Responsabilidade pelos erros e omissões”.

Ali se referiu que, são estabelecidos dois momentos para que o interessado/concorrente denuncie os erros e omissões do projecto: **a)** Até ao 5/6 do prazo para a apresentação das propostas quando lhe fosse objectivamente exigível em face das circunstâncias concretas que os detectasse nessa fase; **b)** Na fase de execução do contrato quando, não lhe sendo exigível que os tivesse detectado na fase da apresentação das propostas, os denuncie no prazo de 30 dias a contar da data em lhe fosse possível a sua detecção.

Deixando a análise da denúncia dos defeitos na fase de execução contratual, cingimo-nos aqui ao ónus (dever) de denúncia na fase de apresentação das propostas. Nos termos do artigo 61.º do CCP (“erros e omissões do caderno de encargos”) prescreve-se que “**até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresenta-**

ção das propostas, os concorrentes devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, **os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detectados e que digam respeito a:** a) Aspectos ou a dados que se revelem desconformes com a realidade; ou b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objecto do contrato a celebrar; ou, às c) Condições técnicas de execução do objecto do




contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.”.

Admitidos os erros e omissões reclamados por qualquer dos concorrentes, as propostas de todos devem identificar, expressa e inequivocamente o valor atribuído a cada um dos trabalhos de suprimento dos erros e omissões.

Como devem o(s) concorrente(s) proceder se verificar(em) que o preço da sua proposta originária somada ao preço dos trabalhos de suprimento supera o preço base?

Ora, nos termos do n.º 1 do art.º 47.º (“preço base”) do CCP, o preço base é o preço máximo pelo qual a entidade pública está disposta a adjudicar a obra. Se atentarmos na al. d) do n.º 2 do art.º 70.º (“Análise das propostas”) do mesmo diploma, verificamos, no entanto, que são **excluídas** as propostas cujo preço seja superior ao preço base.

Nesta situação, detectando os concorrentes que o preço base para a adjudicação da obra não chega para “albergar” o preço da sua execução somado ao preço dos trabalhos de supressão dos erros e omissões, das duas uma: a) Ou não apresenta proposta; b) Ou, pretendendo apresentá-la, deve o concorrente optar por não denunciar qualquer erro ou omissão. Na opção b), o concorrente ao qual a obra seja adjudicada, dirimirá depois com a entidade pública, se tinha ou não a obrigação de detectar os erros em causa na fase da apresentação das propostas. Terá, pelos menos, dois argumentos de “peso”: 1. A entidade adjudicante lançou o procedimento sem os detectar; 2. Nenhum dos concorrentes os detectou. É claro que, para que se chegue aqui, é necessário que todos os concorrentes cheguem à conclusão da insuficiência do preço base para “albergar” os trabalhos e os suprimentos. Pois, basta que um dos concorrentes os denuncie que, uma vez aceites pela entidade pública, todos têm de apresentar preço para esses trabalhos. Por vezes, o silêncio é de ouro! 

A. JAIME MARTINS,
Advogado-sócio de ATMJ - Sociedade
de Advogados; RL
a.jaimemartins@atmj.pt

Mesquita Central de Lisboa

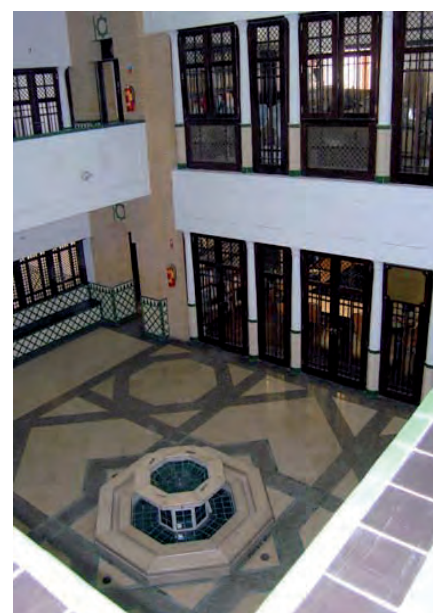
Bem vindos!

Al Masjid, que significa, literalmente, o local onde se prostra, vem da palavra *Sajdah*. A oração é um dos pilares do Islão e, é na oração que nos prostramos, é o gesto mais sublime.

Uma das preocupações que qualquer comunidade islâmica tem, é a de ter um espaço para as orações, para a convivência entre os seus membros e, foi o que fez a Comunidade islâmica de Lisboa. Fundada em 1968, nos finais dos anos setenta, iniciou-se a construção da Mesquita de Lisboa, no terreno que foi cedido pela câmara municipal de Lisboa e com o apoio dos países Islâmicos.

A palavra *mesquita* também é usada para se referir a todos os tipos de edifícios dedicados a orações, embora em árabe seja feita uma distinção entre as mesquitas de dimensões menores e as mesquitas de maior dimensão, que possuem estruturas sociais. Estas últimas são denominadas como *masjid jami*. A de Lisboa é designada como *Masjid Jami*.

O objectivo principal da mesquita é o de servir como local onde os muçulmanos se possam encontrar para orar, como referi anteriormente. No entanto, as mesquitas são também conhecidas pelo seu papel comunitário e por serem as formas mais expressivas da arquitectura islâmica. Elas evoluíram, significativamente, desde os espaços ao ar livre, de que são exemplos a Mesquita Quba e o Masjid al-Nabawi (A Mesquita do Profeta, em Medina) do século VII d. C.. Hoje em dia, a maioria das mesquitas possuem cúpulas, minaretes



Quadro 1 - Composição do Edifício

Piso 4	Sala de Culto das mulheres; Zona de abluções; Sanitários; Salas polivalentes; Residência do "Imam" Ministro de Culto.
Piso 3	Entrada principal; Secretaria; Pátio principal; Sala de culto de homens; Zona de abluções; Pátio interior; Biblioteca; Sala de aulas; Sala de conferência; Área de apoio funeral.
Piso 2	Refeitório; Cozinha industrial; Sanitários. Salão Polivalente.
Piso 1	Entrada; Foyer; Cafeteria; Salão de festas polivalente; Pavilhão desportivo; Zona de balneários; Zona de apoio a diversas actividades; Sanitários.
Cave 1	Actividades de lazer e jogos de salão.
Cave 2	Arrumos.
A área do terreno é de: 2.760 m ² e a área construída é de 10.600 m ² (4 piso + 2 caves).	




e salas de oração que podem assumir formas elaboradas. Surgidas na Península Arábica, as mesquitas podem ser encontradas em todos os continentes onde existem comunidades muçulmanas. Não são apenas locais para o culto e a oração, mas também locais onde se pode aprender sobre o Islão e conviver com outros crentes.

Ao projectar a Mesquita de Lisboa, pensou-se também nas outras práticas que estão relacionadas com o Islão. Não esquecendo a dimensão cultural da própria comunidade, não se poderia deixar de fora os aspectos culturais e tradicionais.

O lançamento da primeira pedra foi em Janeiro de 1979. A primeira fase da construção foi inaugurada em 29 de Março de 1985 e incluía: Entrada principal; Pátio; Sala de Culto de homens e de mulheres; Zona de abluções; Secretaria; Sanitários.

A Mesquita central de Lisboa acolhe não só os muçulmanos, os não muçulmanos também a podem visitar e partilhar das suas ideias e crenças. Hoje é conhecida como um local de referência: diariamente temos visitas de estudo, estudantes que querem apresentar trabalhos, instituições e indivíduos estão sempre a visitar a Mesquita de Lisboa.

Sendo sexta-feira o dia sagrado para os muçulmanos, é a partir das 12h que a mesquita começa a ter mais adesão, os muçulmanos vão chegando e preparam-se para as suas orações, fazendo as abluções, e aos poucos vão entrando na sala de culto... alguns ficam no pátio a finalizar a conversa. Quando começa a oração, estão todos juntos, ombro a ombro a acompanhar a oração presidida pelo Imã da Mesquita. A seguir à oração há um convívio no pátio da mesquita e aos poucos regressam às suas actividades. 

SHEIKH MUNIR

Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros

O Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros está instalado desde 2004 num edifício de construção e arquitectura moderna, em Carnide, junto ao Centro Comercial Colombo. Edificado em alvenaria, betão e ferro, cobre uma área de aproximadamente 7200m², dividindo-se por quatro pisos, congregando uma nave principal de exposições, mezzanino, sala de exposições temporárias, auditório, espaço de animação infantil-juvenil, centro de documentação e reservas.



Vista panorâmica do edifício do Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros. Perspectiva de Sul

A História é o nosso maior património. Sem descurar qualquer item que integre o nosso tão vasto património, bens materiais, imateriais, identidade, cultura, valores, conceitos, doutrina e linguagem, é duma identidade e de um património cultural que iremos realçar nesta abordagem.

A criação do Museu remonta ao ano de 1929 aquando do processo de reestruturação do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa e da passagem a Batalhão de Sapadores Bombeiros. Neste processo, grande número de viaturas de tracção braçal e hipomóvel, que serviam os bombeiros da Cidade, foram substituídas por novas viaturas de tracção motorizada, apresentando-se mais rápidas nas deslocações para os locais dos incêndios e exigindo menor número de pessoal bombeiro para as opera-

rem durante as situações de socorro, face à motorização e mecanização destas novas viaturas que doravante estariam disponíveis.

O acervo do Museu é hoje constituído por uma brilhante e valiosíssima colecção de carros de combate a incêndios, de diferentes períodos temporais, como veículos de tracção braçal, hipomóvel, motorizada, rebocáveis e transportáveis, diversos tipos de maquetas, miniaturas dos veículos de combate a incêndios, aparelhos, bombinhas e extintores, aparelhos e sistemas de comunicações, fardamentos, materiais e ferramentas e muitos outros objectos que foram parte integrante dos bombeiros e da sua história.

Remonta ao ano de 1395 o primeiro documento que se conhece e que refere a génese do serviço de incên-

dios em Portugal, onde D. João I confirma medidas concretas para a prevenção e combate a incêndios na Capital. Nos séculos XVI e XVII surgem novas medidas, como a contratação de fiscais para verificarem se o lume era apagado à noite. Mais tarde dá-se o apetrechamento com materiais e equipamentos e a contratação de oficiais assalariados. Nesta sequência de feitos de adaptação e reformas do serviço de incêndios, adquirem-se, por esta altura, as primeiras bombas-tanque que deram origem, quicá pela primeira vez, ao termo “bombeiro”.

No período de 1852 até ao ano de 1930, o Serviço de incêndios sofreu profundas adaptações estruturais e organizacionais, através da criação de novas regulamentações e de normas disciplinares. Incutiram-se, de igual forma, políticas de incentivo à criatividade e motivação para a construção de utensílios e engenhos



Miniatura de Carrinho de Mangueiras com Escadas de molas – Construída na oficina de casquinheiro do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa em 1929, pelo Bombeiro Alberto Lourenço

OS QUARTÉIS DO REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS

O Quartel “Sede” da 1.^a Companhia (S. Bento), na Avenida D. Carlos I, foi construído entre 1899 e 1901, em terrenos do antigo Mosteiro da Esperança e alberga, para além de equipas de intervenção na vertente do socorro, o Comando Geral e um conjunto de serviços e oficinas de apoio. O Quartel “Estação” da 1.^a Companhia (Rossio) está situado no largo do Regedor e apresenta uma arquitectura do princípio do século, de enormes cantarias.

A “Sede” da 2.^a Companhia situa-se no Alto de Santo Amaro, Rua Filinto Elísio e data do princípio do século XX. A “Estação” desta companhia é de meados do século XX e apresenta uma construção moderna.

A 3.^a Companhia tem a sua “Sede” em Alvalade, Avenida Rio de Janeiro, cuja construção data dos finais dos anos 50, com traços de modernidade apresentando boa versatilidade e funcionalidade. O Quartel estação desta companhia esta sedado em Carnide, junto ao Centro Comercial Colombo, sendo construído em 2003. Para além de uma companhia de intervenção aloja o Museu do RSB.

A Sede da 4.^a Companhia fica situada no Largo da Graça e foi construído no início do século XX. Em Arroios, na Av. Defensores de Chaves, fica situada a estação desta companhia, sendo o edifício construído por volta de 1920, com toque de fachada requintada por cantarias, denominada por caserna Carlos José Barreiros.

A Companhia de Intervenção Especial tem a sua Sede em Chelas, na Rua Dr. José Espírito Santo, cuja construção data de meados dos anos 70. Na última década têm vindo a ser criados novos edifícios, Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros, Destacamento de Intervenção em Catástrofes, Pavilhão de Conservação e Restauro Museu, Galeria de Treinos, entre outros. A Estação desta Companhia situa-se na Av. de Berlim, Encarnação, e foi construída em meados do século XX.



Carro de Escadas n.º 11 Magirus, Ulm. Pormenor: Lanterna para iluminação



Hall Principal no piso 0 do Museu. Deste acede-se ao piso 1 e -1, mezzanino e à sala de Exposições Temporárias. Auto 2.º Socorro n.º 1 FIAT – 1914



Carro de Material – 1929. Destinava-se a transportar diversas ferramentas para o local de incêndio, como desferradeiras, croques, machados, picaretas, escadas e outros


de combate aos incêndios. A exemplo de alguns destes equipamentos construídos nas oficinas do Corpo de Bombeiros temos a viatura escada Fernandes, primeiro modelo deste género, inventada e construída pelo 1.º Patrão João Fernandes, em 1871, o Aparelho Telefónico construído em 1922, para melhorar o serviço de comunicações, entre muitos outros. No ano de 1905 foi adquirida pelo Corpo de Bombeiros Municipais a primeira viatura motorizada, de marca *Richard-Brazier*, veículo que integra hoje o acervo do Museu. Em 1931 chegam a Lisboa as últimas 24 de um total de 29 viaturas adquiridas à *Carl Metz / Mercedes-Benz*, o

que permitiu a dispensa de grande parte dos veículos de tracção braçal e hipomóvel e a sua integração no espólio para o Museu. O Ajudante João Baptista Ribeiro assumiu a função de primeiro conservador do Museu.

Parte do acervo do Museu, objectos e utensílios de diferentes épocas, estiveram longos anos dispersos por diferentes locais, em mau estado de conservação, pedindo a sua aglomeração e beneficiação.

A Recuperação e Valorização do Património do Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros compreendeu nestes últimos anos, uma abrangente intervenção de vertente museológica,

no que se refere ao levantamento do seu espólio, acondicionamento, recuperação, reparação, conservação e restauro, desenvolvida e acarinhada por uma equipa de técnicos que permitiu hoje apresentar ao público o acervo do Museu.

O Regimento de Sapadores Bombeiros, actualmente, apresenta-se à Cidade de Lisboa distribuído em 10 quartéis direccionados para a primeira intervenção na vertente do socorro e um Museu. 

JOSÉ FARIA,
Coordenador do Museu

Miniatura de Pagode Chinês

Os Pagodes são templos com andares sobrepostos inspirados no modelo original das *Stupas* – monumento Budista onde se guardam relíquias de um Buda, de santos ou *bodhisattvas*, de textos, estatuetas e outros objectos sagrados.

Normalmente os pagodes têm forma quadrangular, hexagonal ou octogonal, compostos quase sempre por um número ímpar de andares, cada andar é marcado por um telhado projectado de forma recurvada criando uma sensação de elevação. O andar superior é rematado por uma flecha com discos sobrepostos lembrando os “guarda-sóis” dos *Stupas*, símbolo real que recorda as origens de Buda, na maior parte dos casos a flecha é rematada por duas esferas.

Na China o pilar central constitui uma caixa de escada que contém estátuas e objectos sagrados. A escada permite aos fiéis circular em procissão, enquanto recitam *mantras* (fórmulas de sílabas sagradas que protegem a mente), meditam e fazem oferendas.

Tal como os *Stupas* originais, onde o eixo central simboliza o Monte Meru (centro do Universo na cosmologia Budista), a base quadrada o mundo do desejo, a cúpula o mundo da forma e os “guarda-sóis” o mundo sem-forma, também os vários andares dos pagodes simbolizam os diferentes níveis dos domínios mundanos e supramundanos em torno do eixo do mundo e as etapas do desenvolvimento espiritual.

Os pagodes de secção octogonal simbolizam os oito raios da roda do Dharma – o caminho óctuplo. As duas torres, aqui apresentadas em secção hexagonal, poderão eventualmente representar as seis *Paramitas* ou Perfeições – Generosidade, Disciplina, Paciência, Diligência, Concentração e Sabedoria.

Os “*dawe*”, peixes-dragões com bocas bem abertas, que encontramos nas extremidades da curvatura do telhado, têm simultaneamente uma função ornamental e funcional, protegendo o templo de espíritos e influências malignas.

Nas entradas de alguns dos módulos podemos encontrar placas escritas com evocações e pequenas áreas reservadas às oferendas.

O desenho original dos pagodes parece ter surgido entre os Newaris do Vale de Katmandu no Nepal. A partir de então, a estrutura arquitectónica espalhou-se pela Ásia central, China (séc. V) e a partir daí chegou ao Japão, adquirindo diversas formas à medida que detalhes específicos de cada região iam sendo incorporados, alterando o modelo original.

A sociedade chinesa, tal como adaptou o budismo às suas tradições religiosas ancestrais, também integrou na construção dos pagodes princípios confucionistas e taoistas.



Pagode miniatura da China, dinastia Qing, período Qianlong (1736-1795).

Marfim e osso semipolicromado, madeira, vidro e metal.

192 x 34 x 29 cm (miniatura)

240 x 195 x 121 cm (maquete)


Esta maquete de pagode terá sido oferecida, em 1809, pelo Leal Senado de Macau ao Príncipe regente D. João por iniciativa do ouvidor geral Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

Catálogo da exposição Presença Portuguesa na Ásia, Museu da Fundação Oriente, Lisboa, 2008, p. 238 (peça n.º 246, empréstimo do Palácio Nacional de Sintra - IMC, n.º 475).

Podemos ver nesta miniatura que a partir das *stupas* budistas indianas desenvolveu-se um tipo de construção constituído por um conjunto de pavilhões dispostos à volta de pátios interiores, que é uma solução arquitectónica característica das casas tradicionais chinesas. Quanto mais elevado era o estatuto social maior era o número de pátios, tendo como paradigma o complexo do Palácio Imperial em Beijing também ele marcado por influências budistas.

Apesar de muitos dos pagodes terem sido construídos com propósitos religiosos, alguns perderam esta função e tornaram-se simplesmente marcos ou ornamentos da paisagem.

A procedência da palavra “pagode” é incerta, com diferentes fontes afirmando diferentes derivações. Possíveis raízes podem ser do dravidiano *pagodi* ou *pagavadi*, de um dos nomes de Kali derivado do sânscrito *bhagavati* (“deusa”), e do persa (“templo”).

Os primeiros pagodes encontrados na China remontam ao séc. III e V d. C. mas desapareceram. O mais antigo pagode ainda intacto é Sangyue Pagoda do séc. VI, no distrito de Dengfeng. Perto do mosteiro de Shaolin, há também um complexo raro: Tatlin, a Floresta de Pagodes, com mais de 200 pagodes em pedras funerárias. Outras estruturas antigas incluem os pagodes provavelmente mais conhecidos na China: os dois pagodes do Ganso Selvagem em Xí'an do séc. VII. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dictionnaire Encyclopédique du Bouddhisme; Philippe Cornu; Seuil.

The Art of East Asia; Gabriele Fahr-Becker; Konemann.

ISABEL BRITO CORREIA,
Escultora

Igreja da Santíssima Trindade galardoada com o Prémio Secil



A Igreja da Santíssima Trindade do Santuário de Fátima foi a vencedora do Prémio Secil de Engenharia

Civil 2007. O projecto de estruturas foi concebido pelo engenheiro José Fonseca da Mota Freitas, sócio gerente da empresa ETEC, Ld.^a e professor catedrático convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Além da ETEC, Ld.^a, a construção contou com a colaboração da Somague Engenharia, empreiteira geral, e com a FASE, S. A., responsável pela fiscalização da obra. Entre as particularidades da igreja destaca-se

o emprego de betão cinzento e betão branco numa obra que transparece uma verdadeira amálgama entre a engenharia e a arquitectura.

O prémio Secil de Engenharia Civil é um dos prémios mais prestigiados no âmbito da engenharia civil. De periodicidade bienal, conta com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva.

RSB

Palácio de Belém recebe medalha do Prémio Europa Nostra 2008



No dia 12 de Junho decorreu, na catedral de Durham (Reino Unido), a cerimónia de entrega dos prémios Europa Nostra e património cultural da União Europeia. Este ano, entre os 6 premiados e 21 medalhados, encontram-se a publicação e a exposição "Do Palácio de Belém" organizadas em 2005 pelo Museu da Presidência da República, em Lisboa. A medalha atribuída ao Museu enquadra-se na categoria 2 - Investigação - e home-

nageia o trabalho minucioso de estudo dos interiores do Palácio e da sua colecção de obras de arte e mobiliário. A medalha também premeia o esforço de tornar acessível ao público o Palácio de Belém, que foi propriedade dos Condes de Aveiras e depois de 1726 do rei D. João V, sendo residência oficial do Presidente da República desde 1911.

MBC

Prémio BEL de "Reabilitação de Estruturas" e "Conservação e Restauro do Património Arquitectónico"



A BEL, Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A. é a mais antiga empresa no sector da reabilitação de estruturas, tendo sido fundada no ano de 1958, em Lisboa. Inúmeros foram os trabalhos realizados no âmbito do reforço de estruturas, dos quais podemos destacar as intervenções nas pontes da Arrábida e 25 de Abril, e na Central Termoeléctrica do Carregado. A empresa também

actua na conservação e restauro de monumentos, sendo casos exemplares as acções no Convento de Cristo, em Tomar, nas Sé de Viseu e de Coimbra, e no Castelo de São Jorge, em Lisboa. Além disto, a BEL conta com uma componente de investigação, dispondo de quatro patentes próprias. A fim de comemorar o seu cinquentenário promove o Prémio BEL, que irá distinguir estudos em duas categorias, "Reabilitação de Estruturas" e "Conservação e Restauro do Património Arquitectónico". O objectivo do prémio é incentivar a qualidade técnica do trabalho académico e destina-se a estudantes

universitários ou recém-licenciados das áreas de engenharia, arquitectura, restauro, ciências, história da arte e arqueologia. As inscrições podem ser feitas até o dia 28 de Julho de 2008, sendo o prémio de € 5.000,00 para os primeiros lugares de ambas as categorias. A cerimónia de entrega do prémio será realizada no Auditório do Centro de Congressos do Lagoas Park, em Porto Salvo, no dia 9 de Outubro de 2008, durante a sessão comemorativa dos "50 anos da BEL". Para mais informações consultar www.bel.pt.

RSB

Regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana

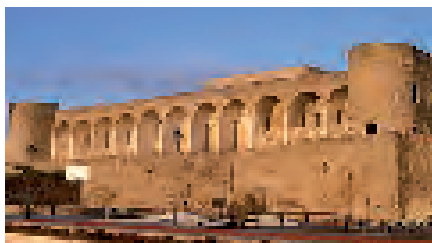
O Orçamento de Estado do corrente ano introduz novos incentivos à reabilitação urbana. Trata-se do “Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana”, que prevê apoios fiscais às acções neste âmbito. Segundo o governo, o actual cenário exige uma aceleração do

ritmo de reabilitação, de maneira a integrar apoios de índole financeira e de origem fiscal. Neste sentido, o regime introduzido contempla a isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI), a tributação reduzida de IVA de empreitadas de construção, reconstrução e con-

servação, a tributação de IRS ou IRC com a taxa especial de 10%, entre outros incentivos. As intervenções que podem vir a beneficiar das referidas condições devem ter início entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2010, necessitando estar concluídas até 31 de Dezembro de 2012.

RSB

Formação da Comissão Coordenadora do HERITY Portugal



Castelo de Abrantes

Conforme noticiámos no último número da *Pedra & Cal*, o HERITY é um sistema de classificação do património adoptado à escala mundial, que permite a todas as partes

envolvidas – visitantes, organismos de financiamento, decisores, operadores de turismo, entre outros – dar o seu contributo à avaliação. No dia 11 de Março, em Mação, foi criada uma estrutura nacional do HERITY, coordenada por Jorge Rodrigues, assim como uma equipa de acompanhamento dos processos de certificação em Portugal, dirigida por Vítor Teixeira. Além disto, foi inaugurada a Secretaria Nacional do HERITY Portugal, sediada no CEIPHAR/Instituto Politécnico de

Tomar. Também foi iniciado o processo de certificação da qualidade de gestão de alguns bens culturais portugueses, nomeadamente do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; do Castelo de Abrantes; da Biblioteca Municipal de Abrantes; do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha e do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo. A iniciativa destes processos de certificação foi das Câmaras Municipais de Mação, Abrantes e Vila Nova da Barquinha.

RSB

Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos celebra protocolo com a Câmara Municipal de Arraiolos

Foi assinado no passado dia 2 de Maio, no edifício dos Paços do Concelho, o protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Arraiolos e a Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos (OASRS). A referida acção tem por objectivo a sensibilização do cidadão para a arquitectura, a promoção da política municipal de arquitectura e o exer-

cício da profissão de arquitecto. Está inserida num ciclo de colaborações entre a OASRS e as autarquias, que visa estreitar os laços entre estas instituições, tendo em vista a preservação do património, o planeamento do território, entre outras áreas. Ressalta-se o compromisso com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no cumprimento da

Agenda XXI. Na cerimónia de celebração da parceria estiveram presentes a presidente da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos, arquitecta Leonor Cintra Gomes, o presidente da Câmara de Arraiolos, Jerónimo José Correia dos Lóios, e o presidente da Assembleia Municipal, Joaquim António Páscoa.

RSB

Dia Nacional dos Moinhos 2008



A Rede Portuguesa de Moinhos, dinamizada pelo molinólogo Jorge Augusto Miranda, realizou em 6 e 7 de Abril a iniciativa Moinhos Abertos 2008 que permitiu o acesso do público a 102 moinhos localizados em 13 distritos do Continente e também nos Açores. Com “o objectivo de chamar a atenção dos portugueses para o inestimável valor patrimonial

dos nossos moinhos tradicionais” de vento, de água e de maré, os proprietários de moinhos são convidados a mostrá-los por ocasião do Dia Nacional dos Moinhos (que se celebra anualmente a 7 de Abril). Para mais informações, consulte www.moinhosdeportugal.org.

MBC

Arquivo da Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos

A Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos (APAM) foi fundada em 1964 e desenvolveu profícua actividade em defesa dos moinhos e dos moleiros tradicionais até finais da década de 1980. Foram seus fundadores João Miguel dos Santos Simões (1907-1973), alguns membros do Centro de Estudos de Etnologia (Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira) e outras personalidades empenhadas na salvaguarda dos moinhos de vento, de água, de maré, etc.. A APAM organizou o 1.º Simpósio Internacional de Molinologia, realizado em Lisboa e Cascais em 1965, e foi uma das instituições fundadoras da Sociedade Internacional de Molinologia (TIMS) que, desde então, se tem dedicado ao estudo e divulgação da molinologia em todo o mundo. A APAM promoveu a reabilitação dos Moinhos de Santana, em Lisboa, e utilizou-os durante anos para divulgar as técnicas tradicionais de moagem de cereais. Iniciou o inventário fotográfico dos moinhos do continente, Açores e Madeira, e editou, além de sucessivos boletins informativos, o livro “Moinhos e Azenhas de Portugal”. Promoveu numerosas iniciativas de divulgação e preservação dos moinhos, numa altura em que cada vez mais esses engenhos eram abandonados ou a sua função transformada.

Após o falecimento do último Presidente da Direcção, em 2004, foram reunidos os materiais que compunham o Arquivo da APAM e organizados com vista à sua doação a uma instituição ligada à molinologia que, simultaneamente, tivesse a capacidade de o disponibilizar para consulta pública. O Arquivo reveste-se de interesse para os estudiosos da molinologia, especialmente devido à bibliografia que contém, aos documentos sobre a própria APAM, ao conjunto assinalável de fotografias, ao inquérito enviado às Câmaras Municipais

em 1964-65, ao conjunto notável de fichas de inventário de moinhos, ao conjunto de fotocópias de publicações que referem moinhos, e às pastas temáticas (moinhos de maré, Moinhos de Santana em Lisboa, etc.). Sendo o Museu Nacional de Etnologia (MNE) a instituição herdeira do Centro de Estudos de Etnologia, que foi pioneiro na investigação dos sistemas tradicionais de moagem em Portugal, e tendo o MNE a capacidade de disponibilizar o Arquivo da APAM para consulta pública, foi o Arquivo doado a esta instituição.

MBC



Fotografia e património arquitectónico: memória e documento

No passado dia 9 de Maio, na Fundação Calouste de Gulbenkian, em Lisboa, decorreu a conferência sob o tema: "Fotografia e património arquitectónico: memória e documento". Esta conferência enquadra-se no ciclo "Património I Contextos" que aborda outras temáticas de âmbito, escala e alcance diferenciados, numa vertente essencialmente técnica, organizado pelo IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). A conferência teve como objectivo promover o conhecimento e a divulgação de espólios fotográficos portu-

gueses dos séculos XIX e XX enquanto fonte documental para o estudo do património arquitectónico, dirigindo-se a todos os profissionais e estudantes nas áreas da recuperação, valorização e gestão do património, do planeamento e gestão territorial. Foram apresentadas várias intervenções, algumas focaram a importância do registo da imagem como veículo de informação/comunicação, inspiração e mesmo influência para a evolução da Arte, outras abordaram a questão da fotografia enquanto documento científico, de materialização e registo de objectos e acções

cujas relevância importa documentar, ou até mesmo como ensaio da realidade virtual e por fim, a fotografia como forma de "propaganda", de transmissão de uma determinada mensagem cultural e política.

AGC



Terra 2008 no Mali



Vila de Songho, Dogon

A 10.^a Conferência internacional sobre o estudo e conservação da arquitectura de terra ("Terra 2008") realizou-se de 1 a 5 de Fevereiro, na cidade africana de Bamako, capital do Mali. Organizada pelo Getty



Mesquita de Timbuctu

Conservation Institute (EUA) e pelo Ministério da Cultura do Mali, em colaboração com o ICCROM, o Centro do Património Mundial e o ICOMOS, esta conferência debruçou-se com especial atenção sobre



Mesquita de Djenne

o rico mas ameaçado património em terra da África sub-sahariana. Mereceu particular interesse a arquitectura, por vezes majestosa, mas sempre surpreendente de Timbuctu, de Djenné e da região de Dogon.

MBC



10
1997
2007
anos
G.E.Co.R.P.A.

PARTICIPE!

Envie-nos a sua opinião ou comentário para:
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq., 1050-170 Lisboa
ou via e-mail: info@gecorpa.pt

Pós-Graduação em Património Religioso e Bens Culturais

A partir do próximo ano lectivo a extensão de Lisboa da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa abrirá dois novos cursos de Pós-Graduação na área do património. Os cursos de "Iconografia Cristã" e "Têxteis e Paramentaria" destinam-se sobretudo a profissionais ligados à museologia, história da arte, conservação e restauro, e contam com a possibilidade de estágios em diversas entidades que têm protocolos com a UCP.

Informações:

Ed. Biblioteca, 5.º piso,
Palma de Cima
1639 - 023 Lisboa
Tel.: 217 214 018
Fax: 217 214 287
E-mail: artes@ea.lisboa.ucp.pt
www.ea.lisboa.ucp.pt



5.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia

Terá lugar entre os dias 2 e 4 de Setembro, em Maputo, o "5.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia", que tem como título "A Engenharia no Combate à Pobreza, pelo Desenvolvimento e Competitividade". Diversos serão os temas abordados, incluindo diferentes campos da engenharia. Trata-se de uma iniciativa da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, da Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane, da Ordem dos Engenheiros de Portugal e da Ordem dos Engenheiros de Moçambique.

Informações:

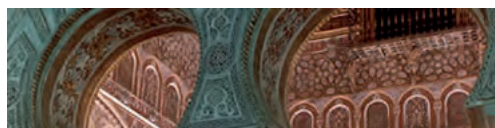
Nuno T. Santos
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Rua Dr. Roberto Frias, s/n,
4200 - 465 Porto, Portugal
<http://paginas.fe.up.pt/clme/2008/>

9th International Congress on Heritage and Building Conservation

Ocorrerá entre os dias 9 e 12 de Julho, em Sevilha, o "9th International Congress on Heritage and Building Conservation". Terá como temas o património cultural e a inovação, e abordará questões como a inovação tecnológica e a multidisciplinaridade. Além disso, terão lugar workshops e seminários. A organização do evento é da CICOP, do Instituto Andaluz do Património Histórico, do Patronato del Real Alcazar de Sevilla e do fórum UNESCO - Universidade e Património (FUUP).

Informações:

E-mail: congresso@cicop.com
http://www.cicop.com/congreso_08/home_eng.html



Congresso Colours 2008

Irá realizar-se, entre os dias 10 e 12 de Julho, no Colégio do Espírito de Santo em Évora o Congresso "Colours 2008". Inserido no projecto "Pigmentos e práticas históricas da Pintura Mural: caracterização dos materiais e tecnologia da cor", o congresso aborda a temática das cores num âmbito multidisciplinar. A iniciativa é do Instituto de Museus e da Conservação (IMC) em conjunto com a Universidade de Évora (UE), o Centro de Física Atómica da Universidade de Lisboa (CFAUL) e a Faculdade de Arquitectura (FAUTL).

Informações:

<http://www.ciul.ul.pt/~colour/>



Assembleia Geral da AEERPA em Lisboa



Teve lugar, a 6 de Junho, no Hotel Real Palácio, em Lisboa, a Assembleia Geral da AEERPA, Association Européenne des Entreprises de Restauration du Patrimoine Architectural.

Nesta edição foi orador o presidente do GECORPA, Eng.º Vítor Cóias, que apresentou uma comunicação sobre o sistema de qualificação dos profissionais e das empresas para a conservação do património arquitectónico. A sessão pública abriu com a intervenção da arquitecta Andreia Galvão, vice-directora do IGESPAR, I.P. e professora da Universidade Lusíada, que deu as boas vindas aos convidados e ressaltou a importância da reabilitação urbana e do encontro. No dia seguinte, os participantes fizeram

uma visita ao Palácio Nacional de Mafra.

No que diz respeito à comunicação proferida no dia 6, o presidente do GECORPA deu a conhecer o sistema de qualificação de empresas e profissionais do sector. Assumindo a especificidade da área de restauro e conservação do património, expôs-se o malefício que empresas sem o devido conhecimento e experiência podem causar ao património arquitectónico. Destarte, foi mostrada uma sistematização que tem em conta os diferentes campos de actuação dentro da área do património, devendo as empresas estar especializadas. É neste sentido que ressalta o papel fundamental dos trabalhadores, já que os recursos humanos necessitam estar devidamente qualificados para que as empresas possam ter competências para actuar em determinada área.

A partir daí é possível criar um sistema informático, disponível via Internet, com informação acerca das competências das empresas e referente aos trabalhadores, de maneira

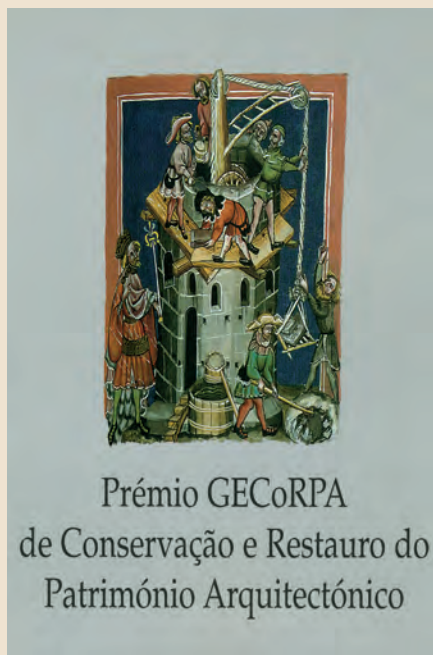


Visita ao Palácio de Mafra

a conhecer as especialidades que possuem. Além disso, o sistema permite que novas empresas insiram os seus dados, tendo em vista uma análise por parte da entidade certificadora, a fim de obter o reconhecimento das suas competências. No fim da apresentação, a sessão foi aberta a intervenções da assistência. Assim, a comunicação foi enriquecida com um debate sobre o livre mercado e a necessidade de qualificação das empresas. Chegou-se à conclusão de que ambas não são excludentes, devendo a concorrência pautar-se também em aspectos qualitativos.

RSB

Prémio GECORPA 2008



O prazo de entrega de candidaturas para o prémio GECORPA terminou no passado dia 31 de Maio, tendo sido recebidas 17 candidaturas. Conforme referimos na edição anterior, o "Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico" é destinado a empresas com sede ou que exerçam actividade em território português, que sejam membros do GECORPA ou tenham experiência relevante na área da conservação do património arquitectónico. O objectivo é promover a qualidade nas intervenções no âmbito da reabilitação e restauro, respeitando as directrizes da "Carta de Veneza" e da declaração de princípios do GECORPA.

RSB

GECORPA nos Média

EVENTO

GECORPA PROMOVEU SEMINÁRIO EM MARROCOS

Sob o título «Le Patrimoine Architectural d'Origine Portugaise au Maroc: Apports à sa Conservation» decorreu, no passado dia 6 Março, no Instituto dos Estudos Hispano-Lusófonos, na Universidade Mohammed V, em Rabat (Marrocos), um seminário promovido pelo GECORPA (Grupo das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico) em colaboração com o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) com o Ministério da Cultura de Marrocos e com a Embaixada daquele país em Lisboa.

Após a primeira sessão dedicada às necessidades de conservação do património arquitectónico de Marrocos e às experiências de conservação de edifícios portugueses desde o século de ouro português até ao século XIX, foram apresentados os trabalhos de conservação e restauro de edifícios portugueses em Marrocos, com o objectivo de promover a qualidade das intervenções de conservação e restauro de edifícios portugueses em Marrocos.

A primeira sessão do seminário, a convite do professor doutor Vítor Cóias, presidente do GECORPA, foi dedicada à apresentação do sistema de qualificação das empresas e profissionais do sector da conservação e restauro do património arquitectónico, com o objectivo de promover a qualidade das intervenções de conservação e restauro de edifícios portugueses em Marrocos.

LAÇO MARROQUINHO

- Nabil Jazouli, director regional do Ministério da Cultura
- Abdellatif El Bouajij, arquitecto e conservador do Sítio Arqueológico de Alcazar Seguer (Marrakech)
- Mohamed Jafari, conservador especializado no restauro do património
- Abdelhak Karim, director regional do Ministério da Cultura
- Faouzi Chermel, director regional do Ministério da Cultura

LAÇO PORTUGUÊS

- Andreia Galvão, vice-directora do IGESPAR e docente na Universidade Lusíada
- Jorge Gomes, docente na Universidade do Minho
- Paulo Lourenço, docente na Universidade do Minho
- Vitor Cias, presidente do GECORPA

in Revista "Materiais de Construção", n.º 136, Março-Abril, 2008

O aquário



Nos dias que correm, entende-se por lugar sagrado o objecto do nosso respeito, mas sem o “maçador” peso cultural. Ou por outras palavras: sem contexto e sem dramas. As massas definem os conceitos e ao fazê-lo, empobrecem ainda mais os grandes pilares da independência intelectual. A cada ano que passa perdemos a guerra do léxico (a única que verdadeiramente se trava na obscuridade da ignorância colectiva) e, mais *invisível* é aquele que não quer ver que o *politicamente correcto* é precisamente a derradeira arma anti-civilizacional.

Tudo é igual ao seu contrário. A ver: Fátima é um lugar sagrado, a Liberdade é um “lugar” sagrado e o estádio do “glorioso” é um lugar sagrado. Todos são sagrados na justa medida da fé que um povo inteiro põe no Euro 2008, para mitigar a sua desesperança no futuro. Dei meia volta ao Mundo (pela *net*) à procura de um lugar sagrado que se pudesse considerar como património edificado sagrado e reabilitável. Encontrei (nas antípodas) lugares sagrados definidos ainda pelo rigor oriental. Os templos budistas e xintoístas japoneses encontram-se entre os mais sagrados signos, representantes do equilíbrio e reflexo da harmonia na terra e no céu (<http://madeinjapan.uol.com.br/-2006/01/03/viagem-aos-templos-japoneses/>).


É interessante comparar a abordagem geral da reabilitação e con-

servação de edifícios, segundo o conceito ocidental *versus* o oriental. Desde logo nos apercebemos da constante renovação, através da substituição integral de peças envelhecidas ou danificadas, por outras novas, rigorosamente iguais na qualidade, dimensionamento e técnica de construção, em oposição aos restauros ortodoxos que caracterizam as boas intervenções Ocidentais.

Nos templos japoneses a ortodoxia está na metodologia “guerreira” de inspiração Sun Tsu, que teve também grande influência no Japão. A mística não se encontra na personalidade “animista” de cada peça/reliquia integrante do conjunto mas no conjunto em si, que se perpetua em infinitos ciclos de rejuvenescimento. É um conceito de reabilitação muito interessante e diferente do nosso. É também riquíssimo em tradições. Sustenta orgulhosamente técnicas de conservação ancestrais e como não necessita de justificar qualquer tipo de actualização tecnológica, ganha com o tempo a riqueza cultural que só o passar de milénios empresta à arte.

José Malhoa (http://www1.ci.uc.pt/artes/6spp/imagens/malhoa-praia_das_macas-1a.jpg) herdou uma cultura poética “Zen”, formada a partir da *moda* estabilizada pelos séculos – Eco (*em italiano: eis*) o acne juvenil de uma civilização. O Tempo... onde está hoje em dia o nosso Monte Fuji, magistralmente dissimulado na Grande Onda de Hokusai? Hokusai

(http://en.wikipedia.org/wiki/Image:The_Great_Wave_off_Kanagawa.jpg) que foi de resto contemporâneo de Malhoa. Recentemente, a propósito da passagem pelo Japão da tocha olímpica, a caminho de Pequim, assistimos à recusa dos monges budistas do templo Zenkoji, em sediar o início do revezamento da chama olímpica, em apoio dos protestos tibetanos contra a China.

Quando um objecto como um templo budista se integra tão completamente na natureza que o rodeia, sem ter que recorrer aos estafados rótulos da arquitectura bioclimática, é justo considerar integrado o suporte integrante: a natureza funde-se com o edifício que a integra, porque estão em sintonia. Poderemos então verdadeiramente considerar o nosso planeta azul como um único lugar sagrado a conservar enquanto é tempo... porque a Terra não é reabilitável (pelo menos no **nosso** tempo). Termino parafraseando Adriana Jurczyk Duarte (Jornal “Expresso” de 31 de Maio de 2008, p. 45) que, citando Lech Walesa, afirmava ser mais fácil fazer uma sopa de peixe de um aquário, do que fazer um aquário de uma sopa de peixe. 

ANTÓNIO PEREIRA COUTINHO,
Arquitecto

NOVIDADES

**Climatização. Conceção, instalação e condução de sistemas**

Autor: *Luis Roriz*

Neste livro é feita uma abordagem dos sistemas de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) tendo sido seguida a sequência natural do que terá lugar ao longo da vida de uma instalação. Nele estão contidas informações teóricas e práticas necessárias aos profissionais que trabalham no domínio das instalações de AVAC. Sequencialmente são tratados os aspectos gerais associados aos sistemas de AVAC necessários a ter em conta no projecto de um sistema de climatização, por forma a que possa ser instalado o sistema adequado ao fim em vista: a concepção do sistema, a escolha das características do equipamento a instalar, a escolha e a utilização de programas de simulação quer para o dimensionamento do sistema de AVAC quer para a previsão do consumo energético, os cuidados a ter na execução da obra e os princípios a seguir na condução e manutenção dos sistemas.

Complementarmente, este livro serve de guia aos que pretendem iniciar os seus conhecimentos sobre os sistemas, equipamentos e acessórios que constituem as instalações de AVAC. O livro inclui uma breve revisão dos conceitos e dos princípios básicos da termodinâmica e da transmissão de calor necessários na actividade técnica em AVAC bem como a descrição dos principais ciclos frigoríficos de compressão de vapor e de absorção e a descrição das evoluções psicrométricas que têm lugar nos sistemas de AVAC.

O livro inclui ainda informação complementar, necessária ao ar condicionado, relativa aos fluidos frigorigéneos, à iluminação e seus efeitos na climatização, bem como normas e legislação aplicáveis ao AVAC, tal como a recente regulamentação sobre edifícios, publicada em 2006, anotada, de forma a permitir ao leitor uma melhor compreensão do texto desses regulamentos.

Além de experiência no ensino destas matérias, os autores deste livro possuem uma larga experiência profissional cobrindo os diferentes aspectos compreendidos no sector de AVAC: selecção/importação de equipamento, projecto, instalação, condução e manutenção.

Edição: Edições Orion

Preço: € 40,00

Código: ORE.4

**Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento**

Autor: *Bernardo Vasconcelos e Sousa*

"Consciente da importância que as ordens religiosas tiveram nos mais variados aspectos da história medieval de Portugal, não posso deixar de me regozijar pela publicação deste Guia. Estou firmemente convencido que prestará serviços inestimáveis tanto a historiadores como a investigadores interessados na conservação do património e no estudo da história local. Trata-se de um Guia que reúne informações de base com indicações do que o leitor, desejoso de saber mais, precisa de ter em conta para avançar com segurança nas suas pesquisas. Também estou em condições privilegiadas para poder recomendar uma obra cujos méritos sei apreciar com objectividade, porque conheço as numerosas dificuldades que os seus autores tiveram de vencer e posso garantir as suas qualidades de rigor e de crítica, no trabalho que têm vindo a desenvolver". José Mattoso

Edição: Livros Horizonte

Preço: € 39,90

Código: HT.G.2

**Rio Côa - A Arte da Água e da Pedra**

Autor: *Nuno de Mendonça*

O livro documenta uma viagem de investigação realizada a pé, ao longo do rio, pelo professor Nuno de Mendonça e os seus alunos de Arquitectura Paisagista. Este primeiro volume que agora é dado a conhecer ao público cobre o troço da nascente ao Moinho da Ervaghina, a poente de Vale de Espinho.

É um livro que respira do melhor que pode existir no espírito académico, movido pelo desejo de sair para o terreno ao encontro dos sinais da presença humana de outrora, nos vales e no leito do rio. Sustentando-se numa metodologia criteriosa de observação e análise somos apresentados a uma paisagem notável onde se foram estabelecendo os sinais da acção do homem, num diálogo com uma ruralidade carregada de saber arcaico. A viagem leva-nos a descobrir antigas presas, muros, diques, registados com fotografias e um denso trabalho de desenho de grande qualidade artística e conteúdo interpretativo.

O relato da jornada é cheio de surpresas. Entre avanços e paragens descobrimos pequenos povoados e aldeias, documentando-se a sua relação com o rio; o casario na meia encosta abrigada dos ventos, o moinho mais abaixo e as áreas mais férteis junto ao leito. Por vezes laboriosos sistemas de rega desenham a paisagem; noutras somos confrontados com um cuidadoso trabalho de arte da pedra usado na consolidação das margens.

O relato da jornada faz-se acompanhar de observações e registos de diálogo com as gentes locais. Confronta-nos por vezes com reflexões sobre o território percorrido e as transformações que vem sofrendo; o fino balanço entre a natureza e a introdução abrupta de processos que lhe são hostis. É também um livro sobre a perda de uma memória e a urgência de a recuperar, em prejuízo de formas de património menos fáceis de classificar mas profundamente enraizadas no saber que conduziu a nossa acção durante séculos.

Edição: Casa do Sul Editora / Centro de História da Arte da Universidade de Évora

Preço: € 14,00

Código: CS.E.4

**Lisboa: o que o turista deve ver**

Autor: *Fernando Pessoa*

A publicação deste inédito de Fernando Pessoa revela um texto que, ao contrário da maior parte dos seus inéditos, estava completo, dactilografado e pronto para ser publicado. Trata-se de um guia de Lisboa, o Universo fundamental de Pessoa a que chama o seu "lar", escrito em inglês, propositadamente turístico, despojado de retórica, onde se percorre todo o património importante da cidade, seja ele arquitectónico, artístico, intelectual ou de puro lazer.

É um prazer renovado visitar Lisboa pela mão do grande poeta e verificar que, apesar dos anos que passaram e de todas as alterações urbanas, ainda podemos desfrutar esse prazer de passear pelas ruas melancólicas da cidade branca e reconhecer os locais de que ele fala. Este guia, provavelmente datado de 1925, inseria-se num amplo projecto de publicações a editar por Pessoa para dignificar Portugal, que ele considerava "descategorizado" face à civilização europeia e, no caso presente, dignificar a sua capital.

Edição: Livros Horizonte

Preço: € 10,37

Código: HT.G.1

Outros títulos à venda na Livraria GECORPA

Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos - Técnicas Pouco Intrusivas

Autor: *Vitor Cónias*

Edição: GECORPA /

Argumentum

Preço: € 45,00

10 % desconto - € 40,50

Código: GEM.2

Avaliação do Património

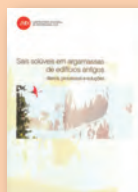
Autor: *António Cipriano*

Afonso Pinheiro

Edição: Edições Sílabo

Preço: € 16,30

Código: SIL.E.2

Sais solúveis em argamassas de edifícios antigos. Danos, processos e soluções

Autor: *Vários Autores*

Edição: LNEC

Preço: € 25,00

Código: LNE.17

A Baixa Pombalina - Passado e Futuro

Autor: *Maria Helena Ribeiro dos Santos*

Edição: Livros Horizonte

Preço: € 19,90

Código: HT.E.27

Manual de Segurança - Construção, Conservação e Restauro de Edifícios

Autor: *Abel Pinto*

Edição: Edições Sílabo

Preço: € 29,90

Código: SIL.M.1

Sobre as origens da perspectiva em Portugal

Autor: *João Pedro Xavier*

Edição: FAUP

Preço cartonado: € 59,00

Preço brochado: € 37,50

Código: FAUP.EN.1

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a Livraria Virtual em www.gecorpa.pt



CD-ROM *Pedra & Cal* 5 Anos (1998 - 2003)

Assinatura anual da *Pedra & Cal*



N.º 34, Abr./Mai./Jun. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.34



N.º 35, Julho/Ago./Set. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.35



N.º 36, Out./Nov./Dez. 2007
Preço: € 4,48
Código: P&C.36



N.º 37, Jan./Fev./Mar. 2008
Preço: € 4,48
Código: P&C.37



N.º 23, Julho/Ago./Set. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.23



N.º 24, Out./Nov./Dez. 2004
Preço: € 4,48
Código: P&C.24



N.º 25, Jan./Fev./Mar. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.25



N.º 28, Out./Nov./Dez. 2005
Preço: € 4,48
Código: P&C.28

Promoção de 4 números da *Pedra & Cal* à sua escolha

Nota: Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 13 da *Pedra & Cal* encontram-se esgotados, contudo informamos que se encontram reunidos no CD-ROM *Pedra & Cal - 5 Anos (1998-2003)*, à venda na Livraria GECORPA. Os números 25, 26 e 27 estão de momento indisponíveis.

Nota de Encomenda

Nome _____ Endereço _____

Código Postal _____ Localidade _____ Telefone _____ Fax _____

N.º Contribuinte _____ e-mail _____

Associado do GECORPA (10% de desconto) ☐

Actividade / Profissão _____

Assinante da "Pedra&Cal" (10% de desconto) ☐

☐ CD-ROM *Pedra & Cal, 5 anos - (1998-2003)*, pelo preço de € 35,00, acrescendo € 1,20 de portes de envio.

☐ Assinatura anual de 4 números da P&C pelo preço de € 16,13 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa), acrescendo € 4,40 de portes de envio.

☐ 4 números à escolha da P&C pelo preço de € 3,50 cada, acrescendo € 3,64 de portes de envio. Envie-me os números ☐ ☐ ☐ ☐

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)

Total: _____ euros

Junto cheque n.º _____ sobre o Banco _____ no valor de _____ euros, à ordem do GECORPA

Data _____ Assinatura _____

(*) Os descontos não são acumuláveis, nem aplicáveis aos números da *Pedra&Cal* já publicados.

(**) Ao valor de cada livro deverão ser acrescentados € 3,64 para portes de correio. Por cada livro adicional deverá somar-se a quantia de € 0,70.

Quanto aos números da *Pedra&Cal* já publicados, os portes de correio fixam-se em € 1,20. Para mais informações, consulte as Condições de Venda na Livraria Virtual.

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado através de cheque à ordem de GECORPA, enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Esq.º 1050-170 Lisboa.

Consulte a Livraria Virtual do GECORPA em
www.gecorpa.pt
onde poderá encontrar estes e outros livros

GRUPO I

**Projecto,
fiscalização
e consultoria**



**A. da Costa Lima, Fernando Ho,
Francisco Lobo e Pedro Araújo
- Arquitectos Associados, Lda.^a**
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação, recuperação
e renovação de construções antigas.
Estudos especiais



**Betar - Estudos e Projectos
de Estabilidade, Lda.^a**
Projectos de estruturas e fundações
para reabilitação, recuperação
e renovação de construções
antigas e conservação e restauro
do património arquitectónico.



O futuro em perspectiva segura.
**LEB - Projectistas, Designers
e Consultores em Reabilitação
de Construções, Lda.^a**
Projecto, consultoria e fiscalização
na área da reabilitação
do património construído.



**PENGEST - Planeamento,
Engenharia e Gestão, S. A.**
Projectos de conservação e restauro
do património arquitectónico.
Projectos de reabilitação,
recuperação e renovação de
construções antigas. Gestão,
Consultadoria e Fiscalização.

GRUPO II

**Levantamentos,
inspecções
e ensaios**



**ERA - Arqueologia - Conservação
e Gestão do Património, S. A.**
Conservação e restauro de estruturas
arqueológicas e do património
arquitectónico. Inspecções e ensaios.
Levantamentos.



**OZ - Diagnóstico, Levantamento
e Controlo de Qualidade
de Estruturas e Fundações, Lda.^a**
Levantamentos. Inspecções e ensaios
não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

**Execução
dos trabalhos
Empreiteiros
e Subempreiteiros**



A. Ludgero Castro, Lda.^a
Consolidação estrutural.
Construção e reabilitação de edifícios.
Conservação e restauro de bens
artísticos e artes decorativas:
estuques, talha, azulejaria,
douramentos e policromias murais.



Alfredo & Carvalhido, Lda.^a
Conservação e restauro do património
arquitectónico. Conservação
e reabilitação de construções antigas.



**Alvenobra - Sociedade
de Construções, Lda.^a**
Reabilitação, recuperação e renovação
de construções antigas.



**Amador - Construção Civil
e Obras Públicas, Lda.^a**
Conservação, restauro e reabilitação
do património construído
e instalações especiais.



**Augusto de Oliveira
Ferreira & C.ª, Lda.^a**
Conservação reabilitação de edifícios.
Cantarias e alvenarias. Pinturas.
Carpintarias.



**BEL - Engenharia e Reabilitação
de Estruturas, S. A.**
Conservação e restauro do PA.
Reabilitação, recuperação
e renovação de CA. Instalações
especiais em PA e CA.



Construções Borges & Cantante, Lda.^a
Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação
de construções antigas.

 <p>COPC - Construção Civil, Ld.^a Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação estrutural.</p>	 <p>Cruzeta - Escultura e Cantarias, Restauro, Ld.^a Conservação e reabilitação de construções antigas. Limpeza e restauro de cantarias, alvenarias e estruturas.</p>	 <p>CVF - Construtora de Vila Franca, Ld.^a Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.</p>	 <p>Edifer Reabilitação, S. A. Construção, conservação e reabilitação de edifícios.</p>
 <p>Empripar - Obras Públicas e Privadas, S. A. Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>	 <p>L.N. Ribeiro Construções, Ld.^a Construção e reabilitação. Construção para venda.</p>	 <p>MIU - Gabinete Técnico de Engenharia, Ld.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Conservação e reabilitação de património arquitectónico. Conservação de rebocos e estuques e pinturas.</p>	 <p>Monumenta - Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Ld.^a Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.</p>
 <p>NaEsteira - Sociedade de Urbanização e Construções, Ld.^a Conservação e restauro do PA. Reabilitação, recuperação e renovação de CA. Instalações especiais em PA e CA.</p>	 <p>Poliobra - Construções Cíveis, Ld.^a Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.</p>	 <p>Quinagre - Construções, S. A. Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.</p>	 <p>Somafre - Construções, Ld.^a Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.</p>
 <p>Somague - Engenharia S. A. Serviço de Engenharia Global - Obras Públicas e Construção Civil.</p>	 <p>STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A. Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.</p>		

GRUPO IV

Fabrico e/ou
distribuição
de produtos
e materiais



ONDULINE - Materiais
de Construção, S. A.
Produção e comercialização
de materiais para construção.



Tintas Robbialac, S. A.
Produção e comercialização
de produtos de base inorgânica
para aplicações não estruturais.



Materiais
e Tecnologias
para a Reabilitação
Estrutural, Lda.

Tecnocrete - Materiais e Tecnologias
para a Reabilitação Estrutural, Ld.^a
Produção e comercialização
de materiais para a reabilitação.

Para mais informações acerca dos associados GECORPA, das suas actividades e dos seus contactos,
visite a rubrica "associados" no nosso sítio www.gecorpa.pt

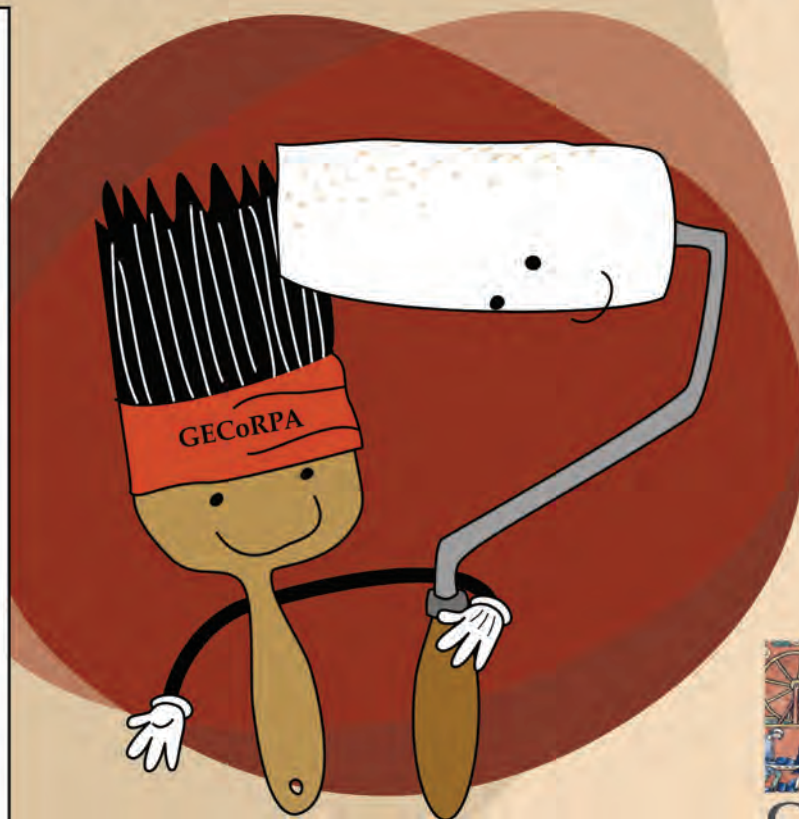
TRAGA UM NOVO ASSOCIADO!

A representatividade
e a actuação do
GECORPA assenta nos
seus Associados.

Não basta que
sejamos **bons**, é
preciso que sejamos
muitos!

O **GECORPA** pretende
agregar empresas de
conservação, restauro
e reabilitação do
património construído.
Não só da construção,
mas também do
projecto, consultoria,
instalações especiais...

Associe-se ao
GECORPA, ou, no caso
de já pertencer ao
nosso Grémio, traga
um novo associado e
contribua para o
fortalecimento desta
associação
empresarial.



10 anos
1997
2007
G.E.Co.R.P.A.

Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Architectónico
www.gecorpa.pt info@gecorpa.pt

Património religioso e não só

O caso exemplar da diocese de Beja



Ao longo dos últimos anos, notícias veiculadas pelos órgãos de informação, têm dado conta da notória actividade exercida pelo Departamento Histórico e Artístico da Diocese de Beja¹ na preservação do rico património religioso da região. Este organismo, criado em 1984 por iniciativa do antigo bispo D. Manuel Falcão e dirigido pelo arquitecto José António Falcão, tem-se desdobrado numa série de acções da maior importância na defesa de um património muito disperso e com frequência votado ao abandono.

Desde iniciativas destinadas a salvaguardar imagens e interiores de pequenas capelas rurais que eram alvo de roubos e depredações, até intervenções de natureza construtiva para preservação dos edifícios, o

DHADB tem feito sentir a sua acção por todo o Baixo Alentejo, num trabalho exemplar de natureza muito diversificada. Aliando uma elevada competência técnica e artística a uma pertinaz atenção a todos os problemas que afectam o património religioso, esse trabalho tem já servido de estímulo a outras dioceses, onde acções semelhantes começaram a ter lugar.

O Departamento, que tem à sua conta cerca de 500 igrejas históricas e coordena uma rede de 7 museus diocesanos, levou a cabo o inventário do património cultural religioso do Baixo Alentejo, abrangendo mais de 200 mil obras de arte, ainda hoje conservadas em igrejas, mosteiros e conventos. Por todo este meritório trabalho, foi-lhe atribuída a medalha do prémio Europa Nostra 2004 na categoria de “contributo exemplar para a preservação do património”.

Recentemente, alargou ainda a sua actividade, ao criar, em parceria com a Câmara Municipal de Beja, a Associação Portas do Território. Esta associação destina-se a promover, por um lado, obras de preservação e recuperação em vários edifícios na área do município e, por outro, a criar condições para abrir ao público alguns que, por limitações financeiras, têm estado encerrados.

Ao referir-se a esta iniciativa, o responsável pelo Departamento acentuou que a nova associação está aberta a outros organismos e entidades ligadas às várias vertentes do património histórico e religioso, e até ao sector privado, nomeadamente os proprietários de antigas casas senhoriais.

Com as perspectivas assim abertas pela nova Associação, a experiência e a idoneidade que caracterizam o trabalho do DHADB pode alargar-se a outros concelhos, contribuindo poderosamente para a preservação e reabilitação do muitas vezes esquecido, ou mesmo abandonado, património do Alentejo.

Aqui fica um exemplo do muito que se pode fazer, no domínio da preservação, recuperação e valorização do património, despertando a sociedade civil para assumir uma acção supletiva relativamente ao Estado. E isto, tanto ao nível dos órgãos da administração central, como do poder local. De facto, criou-se no nosso país uma cultura que faz defender toda essa responsabilidade dos recursos públicos, os quais, como tem sucedido em várias épocas, de que a actualidade é um gritante exemplo, são muito limitados. Constantemente, temos notícias de que obras que foram iniciadas encontram-se suspensas e de que até monumentos de grande importância têm as portas fechadas ao público.

A acção da diocese de Beja fica aqui registada, exactamente para mostrar como tais limitações podiam ser superadas com uma tomada de consciência do conjunto da sociedade relativamente a um património que é de todos.

NOTA

¹ www.diocese-beja.pt

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto



CONSTRUÇÃO - REABILITAÇÃO - RESTAURO - RECONSTRUÇÃO - REMODELAÇÃO

Trabalhando na reabilitação há cerca de 20 anos, somos uma empresa dinâmica, essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil, que tem ao seu serviço, pessoal fortemente profissionalizado e com larga experiência no sector, procurando em todas as suas intervenções, um novo conceito de prestação de serviços.

Temos como lema a rapidez, aliada ao rigor na qualidade de execução, respeitando o cumprimento de prazos e disponibilizando-nos em horários e trabalho flexíveis. A rentabilização e controle dos custos de estrutura, proporciona baixo custo de produção, tornando a nossa empresa bastante competitiva.

Com sede no Centro de Lisboa e estaleiro Central em Loures, estamos aptos para resolver prontamente qualquer tipo de actividade no âmbito da construção civil.

A experiência do grupo na construção abrange desde a área da reabilitação e restauro como construção de habitação de qualidade, obras industriais, comércio e serviços.

1. EMBAIXADA DO LUXEMBURGO
2. EMBAIXADA DA SUIÇA
3. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA RUA ALEXANDRE SÁ PINTO
4. EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA CALÇADA DA ESTRELA
5. EDIFÍCIO DE COMÉRCIO NA AVENIDA DA LIBERDADE
6. CAPELA NA BASE AÉREA Nº1 - SINTRA
7. EMBAIXADA DA ALEMANHA
8. EPCOS COPONENTES ELECTRÓNICOS - ÉVORA
9. MERCEDES-BENZ - SINTRA



Somafre Construções, Lda.

Rua Manuel Rodrigues da Silva, 7C, Escritório 6, 1600-503 Lisboa
Telf: 217112370 Fax: 217112389 email: mail@somafre.pt www.somafre.pt

Se a sua área é a Reabilitação... 10 bons motivos para a sua empresa se associar ao GECORPA

1 EXPERIÊNCIA

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 REPRESENTATIVIDADE

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

3 PUBLICAÇÕES

Revista Pedra & Cal. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).



4 PUBLICIDADE E MARKETING

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista Pedra & Cal, até aos seminários e certames onde participa. Condições vantajosas na publicidade da Pedra & Cal. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



8 REFERÊNCIA

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 FORMAÇÃO

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.



5 INFORMAÇÃO

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.

6 GESTÃO DA QUALIDADE

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

7 CONCORRÊNCIA LEAL

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

10 PRESENÇA NA INTERNET

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.



Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico
www.gecorpa.pt info@gecorpa.pt